

**Terminologia em uso na Direcção Nacional de Desenvolvimento
Tecnológico e Inovação: A variação nos termos complexos**

Silvestre Osvaldo de Margarida Estrela

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação
de Especialidade**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Dezembro, 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Rute Vilhena Costa

Dissertação redigida com base no Acordo Ortográfico de 1945

*À minha família e a todos aqueles que
contribuíram para a concretização
desta dissertação*

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, pela força, ânimo e saúde que me deram durante esta etapa académica;

À República de Angola, na figura da Comissão Multissectorial para Rectificação do Acordo Ortográfico, sob coordenação do Ministério da Educação, da qual faz parte o Ministério da Ciência e Tecnologia, pela oportunidade que me foi dada de fazer o Mestrado, pelo voto de confiança e apoio;

À Professora Doutora Maria Rute Vilhena Costa, pela paciência e rigorosa orientação deste trabalho, mesmo com a extrema sobrecarga de trabalho que caracteriza o seu dia-a-dia;

À Professora Doutora Maria Teresa Lino, pelo humanismo que a caracteriza e pela disponibilidade em me apoiar em tudo que estivesse ao seu alcance;

À Sua Excelência Ministra da Ciência e Tecnologia de Angola, por garantir todos os recursos necessários para o bom desenvolvimento da nossa formação de Mestrado;

À Dra. Paula Henriques, por ter sido mãe de tantos filhos, sem no entanto os deixar de orientar, acompanhar, encorajar... Agradecemos pela disponibilidade prestada em tudo que estivesse ao seu alcance;

Ao Professor Doutor Alfredo Buza, pelo prestigioso acompanhamento e assistência, sem deixar que algo nos faltasse;

À Dra. Maria Helena Miguel, pelo voto de confiança;

À Professora Doutora Raquel Silva, pelas suas lições em aula;

Ao Dr. Tingão Mateus e aos técnicos da Direcção Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, pela colaboração no processo de constituição do *corpus*;

Às Direcções do Ministério da Ciência e Tecnologia, pela forma acolhedora com que sempre fomos recebidos;

Ao Vítor Morais, pelas aulas de access;

Aos meus amigos Mateus Halaiwa, Eliseu Ernesto, Isalino Plana, Venâncio Chambumba, Rodrigo Tondela, Edson Futy, Osvaldo Manuel, Matias Pires, Bruno André, Antónia de Lima, Yolanda Pires, Ana Bela Loureiro, Marisa Lemos, Lourdes Ponte, Carlos Domingos, pelo suporte psicológico e companheirismo, e pelas discussões académicas.

**Terminologia em uso na Direcção Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e
Inovação: A variação nos termos complexos**

Silvestre Osvaldo de Margarida Estrela

RESUMO

Inserido no âmbito do Projecto “Terminologia da Administração Pública – TERMAP”, o presente trabalho constitui uma análise descritiva de elementos discursivos que nos permitem dar conta da terminologia produzida na Direcção Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Temos como objectivo a organização da terminologia da área, tendo em vista a fixação dos termos, permitindo assim uma melhor comunicação e transferência de conhecimento, quer a nível intra-institucional quer a nível interinstitucional, bem como a nível externo.

Neste trabalho, partimos de uma abordagem semasiológica, e procuramos sempre ter em foco as especificidades discursivas, não pondo de parte, quando necessário, uma perspectiva mais onomasiológica.

A abordagem proposta desenvolve-se em torno de cinco capítulos: a) o primeiro traz em revisão aspectos da organização e funcionamento da Administração Pública Central em Angola, na qual se insere o domínio de análise; b) o segundo consiste na análise dos aspectos relativos à constituição do *corpus* textual; c) os pressupostos teóricos apresentados no terceiro capítulo dizem respeito à formação dos termos complexos e aos fenómenos de variação em terminologia; d) no quarto capítulo, a análise volta ao *corpus* textual, mais propriamente ao seu tratamento. Neste capítulo apresentam-se os processos relativos à extracção e selecção dos candidatos a termos, e o levantamento dos casos de variação; e) o quinto capítulo é reservado à apresentação e análise dos dados. Fazemos uma proposta de um modelo de base de dados terminológica multilingue. Esta proposta surge na sequência da necessidade de fixar os termos, com vista à transferência de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: terminologia, termos complexos, variação.

Terminology in use at the National Directorate of Technological Development and Innovation: Variation in Complex Terms

Silvestre Osvaldo de Margarida Estrela

ABSTRACT

Within the scope of the TERMAP Project (Terminology for the Public Administration), the current work provides a descriptive analysis of discursive elements that has enabled us to account for the terminology produced at the National Directorate of Technological Development and Innovation of the Ministry of Science and Technology. Our aim is to organize the terminology used in that field in order to establish the terms actually employed and thus allow for improved communication and knowledge transfer processes not only within the institution, but also among institutions, and with other external agents.

In this work, we have started from a semasiological approach, always focusing on discursive specificities but using a more onomasiological perspective whenever necessary.

The approach we have proposed unfolds over five chapters: a) the first one reviews aspects of the organization and functioning of the Central Public Administration in Angola, which is the scope of our analysis; b) the second provides an analysis of the aspects involved in the creation of a textual *corpus*; c) the theoretical assumptions presented in the third chapter regard the formation of complex terms and phenomena of variation in terminology; d) in the fourth chapter, the analysis returns to the textual *corpus*, specifically to processing. In this chapter, we present the processes involved in the extraction and selection of the term candidates and the identification of cases of variation; e) the fifth chapter is reserved to data presentation and analysis. We propose a model for a multilingual terminological database. This proposal derives from the need to establish terms aiming at improving knowledge transfer processes.

KEYWORDS: terminology, complex terms, variation.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
DECLARAÇÃO	X
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ANGOLA	4
1.1. A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA	5
1.1.1. ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO ESTADO	5
1.1.2. OS DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS	7
1.2. O DEPARTAMENTO MINISTERIAL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA: ORGANIZAÇÃO	8
1.3. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO: A DNNDTI	11
CAPÍTULO II: CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> TEXTUAL	13
2.1. ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> TEXTUAL	15
2.1.1. TIPOS DE DOCUMENTOS <i>VS.</i> TIPOS DE TEXTOS	15
2.1.2. SELECÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS TEXTOS: O <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	18
CAPÍTULO III: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	21
3.1. DA PALAVRA AO TERMO: UMA QUESTÃO TERMINOLÓGICA	21
3.2. REVISANDO O CONCEITO DE “TERMO”	21
3.2.1. DOS TERMOS SIMPLES AOS TERMOS COMPLEXOS	22
3.2.2. TERMOS COMPLEXOS, COLOCAÇÕES E FRASEOLOGIAS	23
3.3. VARIAÇÃO EM TERMINOLOGIA	25
3.4. CONSTRUCTO TEÓRICO DA VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA	26
CAPÍTULO IV: TRATAMENTO DO <i>CORPUS</i>	30
4.1. FERRAMENTAS DE TRATAMENTO SEMIAUTOMÁTICO DO <i>CORPUS TEXTUAL</i>	30
4.2. DADOS ESTATÍSTICOS	31
4.3. EXTRACÇÃO SEMIAUTOMÁTICA DOS CANDIDATOS A TERMOS	31
4.3.1. SELECÇÃO DOS CANDIDATOS A TERMOS	33
4.3.2. A CONCORDÂNCIA	36
CAPÍTULO V: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	40
5.1. COMBINATÓRIA: BREVE ENQUADRAMENTO	40
5.2. ASPECTOS MORFOSSINTÁCTICOS DOS CANDIDATOS A TERMOS	44
5.3. TIPOS DE VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA NO <i>CORPUS</i>	46
5.3.1. VARIAÇÃO MORFOSSINTÁCTICA	47
5.3.2. VARIAÇÃO GRÁFICA	49
5.3.3. REDUÇÕES	49
5.4. BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA MULTILINGUE	52
5.4.1. OBJECTIVOS DA BASE DE DADOS	52
5.4.2. A FICHA TERMINOLÓGICA	53
5.4.3. PROPOSTA DE MODELO BASE DE DADOS	55

CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
BIBLIOGRAFIA	59
LISTA DE FIGURAS	67
LISTA DE TABELAS	67

DECLARAÇÃO

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de..... de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora

Lisboa,.... de de

INTRODUÇÃO

A dissertação que nos propomos aqui apresentar, representa a segunda etapa da nossa formação, após a conclusão da componente lectiva do Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade. Vem formalizar o requisito para a obtenção do grau de mestre.

Como é perceptível a partir do título, esta dissertação dá conta de um estudo terminológico especificamente centrado nos textos produzidos na Direcção Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (DNDTI), serviço executivo directo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MINCT) de Angola, e que se inscreve no quadro do Projecto do Estado Angolano sobre a Terminologia da Administração Pública - TERMAP.

A Terminologia, enquanto ciência, detém as metodologias para aceder ao conhecimento de forma sistematizada, para compreender e/ou delimitar o(s) sistema(s) conceptual(is) de qualquer domínio do saber, sendo o seu carácter transversal ou interdisciplinar e sistémico - independentemente de a metodologia ser semasiológica ou onomasiológica - provavelmente um dos seus maiores trunfos.

As áreas de especialidade, enquanto domínios de estudo, oferecem-nos os recursos necessários para o estudo da terminologia. Nesta perspectiva, este trabalho vem dar lugar a um estudo terminológico no seio da Administração Pública Angolana em que se insere o MINCT. E como afirma COSTA (2003:135), as *“instituições devem assumir-se como entidades responsáveis pelo estabelecimento da correcta relação entre o conceito e o seu respectivo termo em língua portuguesa que, do ponto de vista da comunicação, deverá ser tida como referência para todos aqueles que necessitam fazer uso da língua em situação profissional especializada.”*

A perspectiva que a autora defende é que as instituições *“desempenham a função de entidade reguladora para a utilização adequada dos sistemas conceptuais e terminológicos, facultando necessariamente os recursos terminológicos – versão papel e versão electrónica – apropriados à consecução de uma terminologia tendencialmente não ambígua e harmonizada, criando um espaço de fluxos de informação e de interacção entre os diversos actores socioprofissionais.”* (Idem: 136)

Como se pode inferir das duas citações, há uma insistência virada para a vertente conceptual. No entanto, apesar de partirmos de uma abordagem semasiológica, procuramos sempre ter em foco as especificidades discursivas que nos permitem ter em conta os conceitos, numa perspectiva mais onomasiológica. Este duplo olhar justifica-se pelo facto de o tratamento de candidatos a termos pressupor, também, poder dar conta da existência de conceitos por trás deles, embora, evidentemente, sejam sempre necessários especialistas para a sua validação, com a finalidade de se chegar de forma segura aos termos.

Assim, uma abordagem à problemática em estudo levou-nos a desdobrar o trabalho em cinco capítulos. No primeiro capítulo debruçamo-nos sobre a organização e funcionamento da Administração Pública em Angola. Esta abordagem foi necessária para enquadrar a DNDTI na estrutura do MINCT.

Para levar a efeito a análise a que nos propomos, foi imperioso constituir um *corpus* textual, que se materializa no segundo capítulo.

No terceiro capítulo, fizemos uma revisão de aspectos específicos sobre alguns dos pressupostos teóricos relativos aos termos complexos que reflectem a área do saber a tratar e aos fenómenos da variação.

No quarto capítulo, o trabalho volta ao *corpus*, mais propriamente ao seu tratamento. Neste capítulo dedicamo-nos aos aspectos metodológicos para a identificação dos candidatos a termos, enquanto unidades linguísticas que supostamente designam conceitos. Segue-se uma perspectiva claramente textual – semasiológica – partindo-se de formas candidatas a termos simples para identificação e selecção dos candidatos a termos complexos e para o levantamento dos fenómenos de variação.

O quinto capítulo, esse é reservado à apresentação e análise dos dados. Apresenta-se também uma proposta de base de dados multilingue. Desta feita, a concretização da base de dados tem como objectivo a fixação de termos para a transferência de conhecimento.

Temos a clara noção do imenso desafio que este estudo nos impõe. Mais do que procurar resolver problemas linguísticos com possíveis reflexos no extralinguístico, procuramos considerar esse trabalho, com pretensões de se alargar a

todo o MINCT, constituindo um ponto de partida para novas reflexões, novas abordagens e, sobretudo, novas questões e dúvidas.

CAPÍTULO I: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ANGOLA

Para compreender a actual organização e funcionamento da Administração Pública em Angola, é fundamental, antes de tudo, olhar-se para o processo histórico que está por detrás dela. Historicamente, a organização da Administração Pública resulta de três fases fundamentais que correspondem a três Repúblicas. A primeira República verifica-se, naturalmente, com a proclamação da independência, a 11 de Novembro de 1975, período em que entra em vigor a primeira Lei Constitucional da história da República de Angola e da história da então República Popular de Angola. Nesta época, da primeira República, vivia-se num regime de partido único. De entre muitos aspectos de ordem administrativa, ressalta-se, como afirma Paulino (s/d:5):

“A criação pela primeira vez na história da nossa Administração Pública, da figura de Ministro de Estado, na sequência da Lei de Revisão Constitucional n.º 1/86 de 1 de Fevereiro. Incumbia ao Ministro de Estado, coordenar e dirigir a actividade governativa dos diversos órgãos da Administração Central do Estado que se encontravam inseridos nas respectivas esferas de acção e prestar contas regularmente ao Chefe do Governo.”

A segunda República projecta-se com as alterações à Lei Constitucional, introduzidas em Março de 1991, através da Lei n.º 12/91, em que se passa a definir Angola como:

“(…) Estado democrático, de direito assente num modelo de organização do Estado baseado na separação de funções e interdependências dos órgãos de soberania e num sistema político semi-presidencialista que reserva ao Presidente da República um papel activo e actuante.”

A terceira República, regista-se com a entrada em vigor da Constituição da República de Angola. Portanto, é aqui que focaremos a nossa abordagem. Começaremos por falar da concepção orgânica da Administração Pública a nível central enquanto, como afirma Caetano:

“Sistema de órgãos hierarquizados ou coordenados a que está atribuída a promoção e realização dos interesses colectivos por iniciativa

própria, para execução de preceitos jurídicos ou por imposição do bem comum, e utilizando todas as técnicas adequadas à obtenção dos resultados visados, podendo também praticar actos jurisdicionais relacionados com a sua actividade fundamental” (CAETANO 1984: 15).

Dito isto, restringiremos a nossa análise ao departamento ministerial da Ciência e Tecnologia, na Direcção Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

1.1. A administração central na Constituição da República de Angola

1.1.1. Estrutura, organização e funcionamento da administração central do Estado

Com a entrada em vigor da Constituição da República de Angola, assiste-se, como já se afirmou, ao nascimento da terceira República, marcada por transformações significativas quer ao nível da política quer ao nível da organização e funcionamento da Administração Pública, tidas como “*o culminar de um processo de transição constitucional iniciada em 1991...*” (Constituição 2010: 4). Não tão importantes como as anteriores transformações, caracterizadas pelas circunstâncias históricas da política de cada época em que se inserem, na actual República assinala-se o início de uma nova era administrativa. O artigo 120.º da Constituição de Angola é exemplo disso, pois apresenta um modelo em que quem exerce a função administrativa é o Presidente da República. A par da Constituição, outro exemplo da função administrativa é evidenciado no ponto nº 2 do artigo 2.º, Capítulo II da Organização e Funcionamento dos Órgãos Essenciais Auxiliares do Presidente da República, ao estabelecer que o Presidente, enquanto titular do poder executivo:

“(...) dirige a administração pública, exercendo nomeadamente poder de direcção sobre a administração directa do Estado, poder de superintendência sobre a administração indirecta do Estado e poder de tutela sobre a administração autónoma.”

No exercício das suas funções administrativas, o Presidente da República é auxiliado por quatro (4) órgãos que constituem, em termos específicos, a administração directa e/ou central do Estado¹:

- Órgãos essenciais auxiliares do Presidente da República;
- Departamentos ministeriais auxiliares do Presidente da República;
- Órgãos colegiais auxiliares do Presidente da República e;
- Órgãos e serviços específicos auxiliares da função executiva do Presidente da República.

Estes órgãos podem ser representados do seguinte modo:

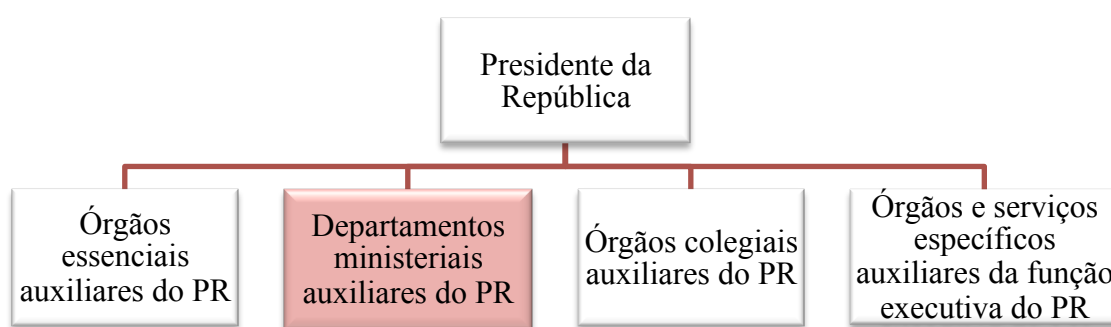


Figura 1 : Órgãos auxiliares do Presidente da República

Apesar de estarem expostos de forma linear, o que se justifica apenas pela auxiliaridade ao titular do poder executivo, esses órgãos, na prática e conforme se pode notar a partir das denominações, não se encontram numa posição linear.

Dentro desta estrutura administrativa cada um dos órgãos que constituem o sistema da administração pública, em termos específicos, desempenham determinadas funções mediante o serviço administrativo de que estão encarregues. O Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13 de 23 de Agosto define que:

“Os Serviços da Administração Central do Estado são aqueles cujas atribuições e competências, inseridas na função executiva do Estado, são exercidas a nível de todo o território nacional e se organizam, em regra, em departamentos ministeriais².”

Atentemos aos departamentos ministeriais.

¹ Fazem ainda parte da administração directa os serviços territoriais desconcentrados.

² Cf. Artigo 3.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13 de 23 de Agosto

1.1.2. Os Departamentos Ministeriais

De acordo com o ponto 1 do artigo 18.º, Secção I do Capítulo IV do Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10 de 5 de Março, *“os departamentos ministeriais são órgãos auxiliares do Presidente da República e Chefe do Executivo nas funções de Governação e administração dos seus respectivos sectores, aos quais correspondem áreas específicas de actividade, de acordo com poderes delegados.”*

Na administração central, os departamentos ministeriais apresentam uma estrutura funcional constituída por 33 ministérios, cada um com funções e tarefas distintas. Paulino (s/d: 33) afirma que:

“Um primeiro desafio será a reposição da confiança da Administração Pública, sendo certo que já lá vai um longo período que o cidadão deixou de confiar nas instituições do Governo³”

Sendo que, de acordo com o ponto 1 do artigo 198.º sobre os objectivos e princípios fundamentais, Capítulo I, relativo aos Princípios Gerais, da Constituição da República,

“A administração pública prossegue, nos termos da Constituição e da lei, o interesse público, devendo, no exercício da sua actividade, reger-se pelos princípios da igualdade, legalidade, justiça, proporcionalidade, imparcialidade, responsabilização, probidade administrativa e respeito pelo património público.”

Deste modo, inferimos que seja do interesse máximo do Estado aproximar os seus serviços aos cidadãos, através dos instrumentos de difusão de informação de que dispõem os órgãos que perfazem a Administração Pública.

Cada departamento ministerial dispõe de um estatuto orgânico próprio, onde estão fincadas as suas respectivas atribuições, e onde se identificam os serviços (cf. artigo 53.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10 de 5 de Março) que integram a administração directa e a administração indirecta do Estado.

³ Na Constituição, a denominação de Governo é substituída pela denominação de Executivo.

1.2. O Departamento Ministerial da Ciência e Tecnologia: Organização

A Constituição, como Lei Suprema e Fundamental da República de Angola, no seu interesse máximo, define claramente no ponto 2 do artigo 79.º, relativo ao direito ao ensino, à cultura e ao desporto, do Capítulo III, sobre os Direitos, Deveres Económicos, Sociais e Culturais, que o “*Estado promove a ciência e a investigação científica e tecnológica.*” Desta feita, na República de Angola, a nível das suas Instituições Administrativas, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MINCT) é o “*Departamento Ministerial que tem por missão propor a formulação, conduzir, executar e controlar a política do Executivo nos domínios da ciência, tecnologia e inovação*”⁴.

No exercício das suas funções, o MINCT rege-se pelos seguintes documentos:

- Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – PNCTI, aprovada pelo Decreto Presidencial n.º 201/11, de 20 de Julho;
- Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, aprovada pelo Decreto Presidencial n.º 196/11, de 11 de Julho;
- Mecanismos de Coordenação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCSNCTI, aprovada pelo Decreto Presidencial n.º 224/11, de 11 de Agosto.

De forma sumária, a PNCTI formula as regras para a implementação, de forma coesa, abrangente e efectiva, dos pressupostos científicos e tecnológicos capazes de suportar o desenvolvimento nacional sustentável; a ENCTI define o conjunto de acções, metas e programas que visem a materialização da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; e o MCSNCTI estabelece as regras e normas de funcionamento dos actores e todos os outros intervenientes em matéria de ciência, tecnologia e inovação, incluindo dos órgãos que ao serem criados, podem auxiliar os centros decisórios no processo de tomada de decisão a nível nacional, sectorial e/ou local.

Entretanto, com a divulgação dos Decretos Presidenciais acima citados, na publicação “*Documentos Reitores da Ciência, Tecnologia e Inovação em Angola*” torna-se visível a estratégia do MINCT em divulgar as normas de condução da sua

⁴ Cf. Artigo 1.º do Estatuto Orgânico do MINCT.

actividade, procurando assim facilitar a relação com o público-alvo dos seus serviços. A este respeito, Costa afirma que:

“As instituições que perfazem a Administração Pública têm uma responsabilidade inequívoca no que concerne a credibilização das entidades e demais agentes no quadro do sistema administrativo, sendo responsáveis pela disponibilização e difusão dos conceitos por si produzidos, assim como dos sistemas conceptuais em que estes se inserem.” (Costa. 2003: 135)

De facto, é em função dos termos, designação verbal dos conceitos, que temos acesso ao conhecimento expresso nos textos de um determinado domínio/sector. E ainda como afirma a mesma autora:

“Estas instituições desempenham a função de entidade reguladora para a utilização adequada dos sistemas conceptuais e terminológicos, facultando necessariamente os recursos terminológicos – versão papel e versão electrónica – apropriados à consecução de uma terminologia tendencialmente não ambígua e harmonizada, criando um espaço de fluxos de informação e de interacção entre os diversos actores socioprofissionais.” (Costa 2003: 136)

Alguns dos princípios por que se regem a criação e estruturação dos serviços públicos são os da racionalidade, da objectividade, da proporcionalidade e da flexibilidade (cf. Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13 de 23 de Agosto), com vista ao cumprimento de uma forma eficiente e eficaz dos objectivos e fins que lhes sejam legalmente atribuídos. A estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia compreende Órgãos e Serviços de Apoio e os Serviços Executivos Directos⁵. Por sua vez, os Órgãos e Serviços de Apoio estruturam-se, quanto à sua natureza, em Órgãos de Direcção e Órgãos de Apoio Consultivo, Serviços de Apoio Técnico, e Serviços de Apoio Instrumental.

Os Serviços de Apoio Técnico revestem-se sempre em forma de gabinetes técnicos e caracterizam-se, em regra, pela inexistência de unidades internas de

⁵ Fazem ainda parte da estrutura do MINCT Órgãos Tutelados que por omissão, não vêm expressos no Estatuto Orgânico.

serviço, com excepção da Secretaria-Geral, do Gabinete de Recursos Humanos e do Gabinete de Inspeção.

Veja-se a figura abaixo:

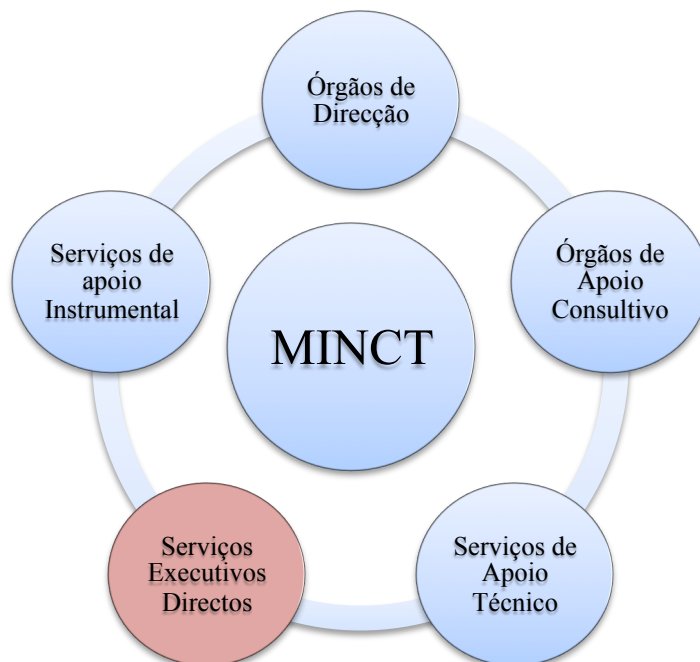


Figura 2 : Estrutura do MINCT

Os Serviços Executivos Directos têm sob sua responsabilidade a execução das atribuições fundamentais e específicas do MINCT, e revestem-se na forma de direcções nacionais ou de gabinetes técnicos nos termos do artigo 23.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13.

Os Serviços Executivos Directos estão constituídos por cinco direcções:

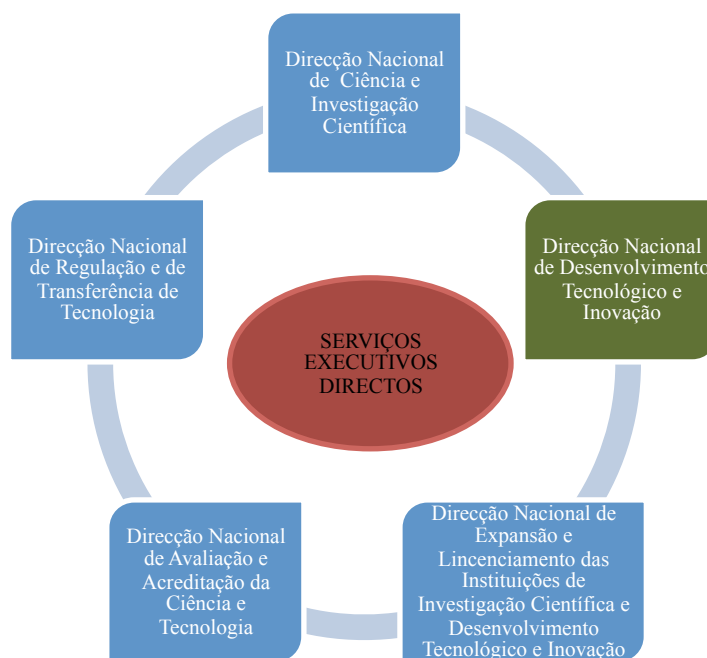


Figura 3 : Serviços Executivos Directos

A partir desta figura, limitamos a nossa análise à Direcção Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (DNNDTI).

1.3. Delimitação do estudo: A DNNDTI

Tendo em conta a Geopolítica e a Geoestratégia do Estado Angolano, no quadro da participação plena a nível da UNESCO, PNUD, SADC, e da CEAAC, na região do Golfo da Guiné; no seio da CPLP e dos PALOP, na região dos Grandes Lagos, etc. na qual participam directa e executivamente as suas instituições, veiculando termos e conceitos relativos às suas áreas de especialidade, é fundamental e imperativo que a Administração Pública tenha uma terminologia organizada para permitir a transferência de conhecimento e facilitar a comunicação a cinco níveis:

- ✓ A nível interno:
 - Entre especialistas
 - Entre os vários órgãos e serviços
- ✓ A nível externo:
 - Com os seus actores e intervenientes
 - Entre os departamentos ministeriais
- ✓ A nível regional;
- ✓ A nível comunitário;

✓ A nível internacional.

A língua é o principal meio de comunicação entre os humanos. De acordo com o documento da UNESCO (2005: 2):

“Le niveau de développement relatif d’un pays peut se mesurer par la capacité moyenne de ses habitants à utiliser l’information au profit du transfert des connaissances et du renforcement des capacités. Comme les données terminologiques sont l’élément de base de la représentation de l’information et des connaissances d’une spécialité, la disponibilité de ces données et leur accessibilité constituent des facteurs socio-économiques fondamentaux.”

Num determinado domínio de especialidade, as línguas e os discursos de especialidade constituem os meios privilegiados de comunicação entre especialistas, sendo o lugar de excelência dos termos e conceitos que dizem respeito à cultura em que se inserem.

O presente trabalho insere-se no quadro da Terminologia da Administração Pública. Temos como objecto de estudo a variação terminológica, associada aos termos estruturalmente complexos, nos textos produzidos na Direcção Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - DNDTI, *serviço executivo directo do Ministério, encarregue da formulação de políticas de fomento e de programas de apoio ao desenvolvimento tecnológico e inovação*⁶”

Todavia, sendo a ciência e tecnologia, nos dias de hoje, factores de desenvolvimento económico e social, e o meio privilegiado de interacção entre línguas pela transferência e difusão de conhecimento, achamos pertinente centrar o nosso estudo na DNDTI por ser um serviço executivo directo do MINCT, com vista a organizar a terminologia da área, pois consideramos que *“les LS [langues de spécialités] ont une incidence de plus en plus considérable sur le développement des différentes LC [langues courantes]”*⁷ (UNESCO 2005 : 1). De facto, as línguas de especialidade contribuem em grande medida para o desenvolvimento da língua geral, em função das terminologias que produzem.

⁶ Cf. Artigo 17.º do Estatuto Orgânico do MINCT.

⁷ Cf. UNESCO (2005). Principes directeurs sur les politiques en matière de terminologie – Élaboration et mise en œuvre des politiques en matière de terminologie dans les communautés linguistiques / préparé par Infoterm. – Paris. p. 1.

CAPÍTULO II: CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* TEXTUAL

Para a constituição do *corpus* tivemos como referência os documentos produzidos no período de 2009 a 2014. Nestes documentos foram apenas analisados os correspondentes ao período de 2013 a 2014, pelo facto de os documentos dos anos anteriores fazerem referência ao anterior Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia. Esta constituição do *corpus* resultou das nossas actividades de recolha de informação levadas a cabo na DNDTI no período de 29 de Julho a 4 de Setembro de 2014.

Nessa actividade de recolha de informação, o nosso principal objectivo foi o de: a) identificar os tipos de textos produzidos pela DNDTI; b) fazer o levantamento dos mesmos.e c) seleccionar de entre os textos de especialidade os que irão constituir o *corpus*.

É, pois, sabida a importância dos *corpora*. Costa (2001:16) ao pronunciar-se sobre os mesmos afirma que o “*corpus, objecto de estudo que está na origem das linguísticas de corpora é um lugar de observação que permite a descrição de actualizações da língua organizadas em enunciados, discursos ou textos.*” Efectivamente, ao longo do nosso plano curricular, aprendemos que eles servem para a descrição da terminologia; para a extracção de termos e das suas significações; para a preparação de dicionários terminológicos ou para a actualização de dicionários já existentes; para a pesquisa de equivalentes, de colocações e de fraseologias, entre outros.

O âmbito de exploração dos *corpora* é vasto, ou seja, podem ser explorados por diferentes grupos profissionais. L’Homme (2004:124) apresenta alguns desses grupos. Para a autora, “*Les corpus sont exploités dans différentes communautés professionnelles et scientifiques : les littéraires, les linguistes, les lexicographes, les terminologues et les linguistes informaticiens.*” É, pois, um suporte indispensável e o ponto de encontro de vários profissionais, onde cada área se serve do *corpus* para determinado fim, consoante os seus objectivos e necessidades de estudo. Assim, por exemplo, “*Le littéraire s’en sert pour obtenir les segments de textes correspondant à un thème. Les linguistes, les lexicographes et les terminographes les utilisent afin d’étudier une unité linguistique (un mot ou un terme, dans le cas des lexicographes et des terminographes). Les linguistes informaticiens ont recours aux corpus pour tester*

ou valider des applications relevant du traitement automatique de la langue (TAL) ou, encore, comme Outil d' «apprentissage» pour la machine» (L'Homme 2004:124)

Tendo em consideração as funções dos *corpora* e as áreas que deles se servem, Costa (2005) afirma que:

“La constitution de corpus de spécialités nous conduit à réfléchir aux critères sous-jacents qui interviennent dans la sélection, l'organisation et la systématisation des textes qui seront intégrés dans le corpus, base de tout travail terminologique et terminographique.”
(Costa 2005 s/p).

Isto porque, de acordo com L'Homme (2004:119):

“La recherche terminographique repose principalement sur le contenu de textes de spécialité. La collecte d'une documentation représentative du domaine dont on souhaite décrire la terminologie et son exploitation constituent les premières étapes d'une recherche en bonne et due forme. Il est désormais possible de réunir une documentation abondante en format électronique dans des délais raisonnables. L'utilisation de textes électroniques et d'outils d'interrogation allège considérablement le travail du terminographe.”
(L'Homme 2004: 119)

Em conformidade, no âmbito do estudo da Terminologia da Administração Pública em Angola que nos propomos aqui apresentar, no domínio da ciência e tecnologia, tendo como referência a DNDTI, limitamo-nos a analisar um *corpus* escrito monolíngue, enquanto conjunto de dados linguísticos com vista à descrição de terminologias (cf. L'Homme 2004:123), constituído por vários tipos de textos. Consideramo-los de domínio especializado, quer por serem escritos por especialista e para especialista, quer por serem o resultado de uma actividade profissional e específica.

Porém, para a constituição do *corpus*, num primeiro momento, a actividade centrou-se no arquivo documental da DNDTI, onde procuramos identificar textos que constituiriam o *corpus* de análise.

2.1. Organização do *corpus* textual

2.1.1. Tipos de documentos vs. tipos de textos

Para uma abordagem sobre os tipos de documentos e de textos, convém, no entanto, que entendamos o que é um documento. Para o nosso propósito, destacamos apenas duas definições. Uma, a primeira, que se espelha naquilo que é considerado um documento na área da arquivística; e outra, mais virada para a área da terminologia. Na perspectiva da arquivística, um documento pode ser entendido como “*qualquer documento produzido, recebido e mantido a título probatório e informativo por uma organização ou pessoa, no cumprimento das suas obrigações legais ou na condução das suas actividades.*” (NP 4438-1:2005).

No entanto, para a Administração Pública - AP, a Escola Nacional de Administração - ENAD, num estudo pioneiro publicado em 2012, o “Manual de Procedimentos Administrativos (MPA)” faz a distinção entre a correspondência interna e a correspondência externa. A primeira diz respeito a todos os documentos elaborados numa determinada instituição e que se destinam aos vários órgãos/sectores dessa mesma instituição. A segunda refere-se a todos os documentos que são elaborados numa determinada instituição e que se destinam a outras entidades, empresas ou cidadãos (cf. ENAD 2012).

Cada uma das tipologias apresentada pela ENAD agrega um conjunto de documentos que são usados interna e externamente, que agrupamos por tipo de documentos. Atentemos à tabela abaixo:

Correspondência Interna	Correspondência Externa
Actas de reuniões internas	Actas
Circulares internas	Circulares externas
Despachos	Convites formais
Informação/proposta	Ofício/Convite
Memorandos	Ofícios
Notas informativas	Pareceres
Ordens de serviço	Relatórios
Relatórios internos	Outros

Tabela 1 : Tipologia de documentos

Como se pode ver na Tabela 1, na classificação dos documentos, faz-se uma distinção entre os documentos utilizados para a comunicação no interior da instituição e os utilizados para a comunicação com o exterior. Esta distinção corresponde, a nosso ver, aos papéis funcionais atribuídos aos documentos. Esta classificação é de grande importância por permitir aceder aos textos em que o especialista é o produtor e o receptor dos mesmos.

Importa aqui realçar, como se poderá ver na Tabela 1, que os tipos de documentos que cada organismo público produz ou recebe vai muito além das correspondências, assumindo, no entanto, outras características que não se enquadram no tema deste trabalho, e por isso mesmo não são abordadas.

A segunda definição de documento enquadra-se na perspectiva da terminologia. Neste prisma, e de acordo com Cabré (1993: 110), o documento é “*una unidad de información completa, que puede ser descrita tanto por su forma (tipo de documento, formato, etc.), como por su contenido (la información que transmite).*”

Em terminologia, os textos de especialidade, enquanto fonte de informação indispensável para o estudo dos termos, são um recurso de extrema importância para o trabalho terminológico, uma vez que é por meio dos documentos que temos acesso aos termos que permitem representar e transferir o conhecimento de um determinado domínio. No entendimento de Costa,

“O texto escrito é uma das formas privilegiadas ao qual o especialista recorre para transmitir e aceder ao conhecimento. Partindo de corpus textual, o terminólogo acede às denominações, podendo, numa primeira instância identificar alguns traços conceptuais por intermédio dos elementos de nomação.” (Costa 2001:112)

Efectivamente, sendo as denominações termos que designam conceitos específicos (cf. Costa 2001), é através deles que nos servimos, quer para a organização da informação, quer para a recuperação da informação.

O conjunto dos textos abaixo descritos constituem o nosso *corpus* de referência. Estão organizados em tipos e, quando existam, em subtipos.

N.º	Tipos de textos da DNDTI
1.	Acta
2.	Análise e comentário
3.	Análise e parecer
4.	Autorização
5.	Aviso
6.	Cartas
7.	Certificado de participação de mérito
8.	Contrato
9.	Convite
10.	Convocatória
11.	Credencial
12.	Cronograma de actividade
13.	Declaração
14.	Informação
15.	Nota de agradecimento de entrega de imprensa explicativa informativa justificativa
16.	Ofício
17.	Parecer
18.	Plano de acção de actividade de formação
19.	Prémios atribuídos

N.º	Tipos de textos da DNDTI
20.	Programa ⁸ de acção de antecâmara de formação de preparação dos inventores de seminário de visita
21.	Propostas de acta de agenda
22.	Regulamento
23.	Relação nominal
24.	Relatório anual de actividades desenvolvidas de participação de síntese de visita mensal relatório síntese
25.	Resenha
26.	Resumo
27.	Síntese de algumas actividades explicativa
28.	Tarefas a desenvolver
29.	Termo de referência

Tabela 2 : Tipos de documentos da DNDTI

2.1.2. Selecção e caracterização dos textos: o *corpus* de análise

Os tipos de textos que são produzidos pelos órgãos do Estado são inúmeros, como se pode verificar na Tabela 1 do ponto anterior. Ainda assim, em função dos actos administrativos, alguns ganham mais notoriedade do que outros. É nesta perspectiva que, dos textos produzidos pela DNDTI, privilegiamos quatro (4) tipos: *ofícios, planos de acção/actividade, regulamentos, relatórios.*

⁸ A noção de programa de acção e de formação parece ser a mesma que se atribui ao plano de acção e de formação. Porém, torna-se necessário o confronto com os especialistas da área a fim de confirmar ou não.

a) Ofício

É o documento utilizado para comunicar com o exterior.

(cf. ENAD 2012)

b) Plano

Projecto com [uma] finalidade determinada e prevendo [uma] acção a ser realizada (cf. Belloto 2002).

c) Regulamento

É um texto normativo de uma instituição, associação ou colectividade, de cuja vontade depende a sua criação, publicação, alteração e revogação (cf. Laia 1989).

d) Relatório

É o documento que reúne um conjunto de informações utilizado para reportar factos ou resultados de uma determinada situação, actividade, projecto, acção, ou outro evento com o objectivo de o transmitir a um determinado destinatário (cf. Belloto 2002).

Estes constituem o nosso *corpus* de análise, e distribuem-se no período de 2013 a 2014. Para cada tipo, os textos variam entre sete (7) a 28 textos, conforme o gráfico que se segue:

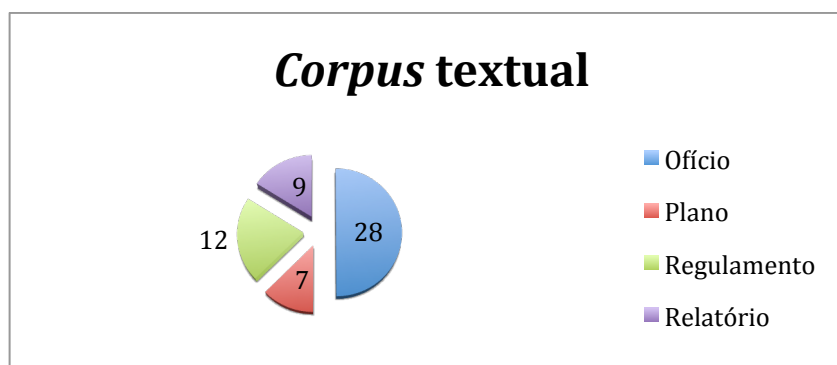


Figura 4 : *Corpus* de análise

A justificação para a escolha dos três últimos textos (plano, regulamento e relatório), prende-se com o facto de serem os mais representativos da actividade da direcção. No caso do ofício, justifica-se por ser o mais utilizado nas actividades

diárias, quer na comunicação interna, quer na comunicação externa.

CAPÍTULO III: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

3.1. Da palavra ao termo: uma questão terminológica

“As palavras constituem a matéria-prima dos idiomas. Nelas estão os caracteres fonéticos, morfológicos, sintácticos e semânticos, a totalidade dos dados para a história de qualquer idioma, para avaliar o grau de progresso dos seus utentes, no passado como no presente” (Machado 1994: 5).

A citação apresentada, a qual se foca no conceito de palavra enquanto a matéria-prima dos idiomas, não deixa de merecer a nossa atenção. Assim, se por um lado podemos considerar que no *lato sensu* as palavras constituem a essência de um determinado sistema linguístico, essas unidades ganham determinados estatutos, consoante estejam retratadas no plano da lexicologia ou no plano da terminologia. É, no entanto, na terminologia que pretendemos situar o nosso estudo. Interessa-nos, pois, observar as palavras que adquiriam o estatuto de *termos* nos domínios de especialidade⁹.

3.2. Revisando o conceito de “termo”

Uma breve revisão da literatura sobre a abrangência do conceito termo, mostra-nos que ele faz parte de um grupo de conceitos de difícil delimitação. O facto de uma das tarefas primárias do terminólogo ser a de identificar os termos e de os distinguir dos vocábulos, é um indício dessa dificuldade de delimitação.

Tal como outros signos linguísticos, os termos enquanto tal comportam em si um significante e um significado, que como um todo denominam um conceito, (cf. Rondeau 1983: 19). Assim, um termo é termo porque designa um conceito no seio de um sistema conceptual que pertence a um determinado domínio.

⁹ Concordamos com a definição de Lerat que considera que *“une langue spécialisée ne se réduit pas à une terminologie : elle utilise des dénominations spécialisées (les termes), y compris des symboles non linguistiques, dans des énoncés mobilisant les ressources ordinaires d’une langue donnée.”* (Lerat 1995:21)

Cabré (1993: 176) faz a distinção de pelo menos quatro (4) critérios para a classificação dos termos: *la forma, la función, el significado y la procedência*. No que concerne aos aspectos enunciados, ocupar-nos-emos da classificação dos termos segundo o primeiro critério proposto pela autora.

Ora, relativamente à forma, intervêm na classificação dos termos o número de morfemas, podendo estes ser simples ou complexos; os tipos de morfemas, sob a forma de termos complexos derivados ou compostos; os termos complexos formados por uma combinação de unidades; e por último os termos que são simples, mas com uma estrutura interna complexa (cf. Cabré 1993), como é o caso das siglas DNDTI, MINCT e SNCTI, encontradas no *corpus*.

3.2.1. Dos termos simples aos termos complexos

“De um ponto de vista morfossintáctico, os termos estruturalmente complexos são constituídos por dois ou por mais lexemas separadas por um espaço em branco, podendo entre eles existir gramemas autónomos (artigos, preposições...) ou uma marca gráfica, tal como o hífen...” (Costa 2001: 112)

Na perspectiva da autora citada, uma das particularidades que caracteriza e distingue os termos simples dos termos complexos é, inequivocamente, o número e o tipo de elementos que constituem a unidade. Deste modo, o número e o tipo de elemento constituem, numa primeira instância, os aspectos a ter em conta para a identificação e classificação dos termos, bem como para a distinção entre termos simples e complexos.

Assim, relativamente ao primeiro caso, para considerarmos que em português um termo é complexo, esse termo tem que ter no mínimo dois elementos separados por um espaço em branco. Seguem-se exemplos de combinações que podem ser consideradas termos complexos.

i. parques tecnológicos

ii. produtos inovadores ou criativos

iii. Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação

As formas acima transcritas evidenciam a possibilidade de um termo complexo poder ser portador de dois ou mais constituintes, de natureza referencial, podendo entre eles existirem gramemas autónomos (Cf. Costa 2001: 112).

Numa abordagem relativa aos termos simples ou complexos, ressalta a necessidade de uma atenção especial às siglas, uma vez que Cabré (1993:177) reconhece a existência de “...*casos de términos aparentemente simples, pero cuyo análisis revela una formación de origen complejo...*”. Pensamos que essa questão, relativa à sigla, nos remeteria para duas situações que se sobrepõem: a primeira é a de saber se devemos considerar e registar em entrada as siglas de acordo com a sua estrutura interna “invisível”; a outra é a de saber se devemos registá-la em entrada segundo a estrutura visível. Entendemos que pelo facto de as siglas poderem ser núcleo de um termo complexo devam ser consideradas e registadas como termos simples.

3.2.2. Termos complexos, colocações e fraseologias

“A multiplicidade de terminologias criadas pelas diferentes escolas linguísticas para designar, descrever e analisar as unidades de significação constituídas por dois ou mais elementos lexicais, originalmente com autonomia morfológica, sintáctica e semântica, (...) é um indício da dificuldade em estabelecer condições necessárias e suficientes para a delimitação e subsequente definição dos vários tipos de expressões nominais complexas.” (Costa 2001: 113)

Se há uma visão mais ou menos integrada e consensual relativamente à explicitação dos termos simples, o ponto da discórdia instala-se entre terminólogos, quando se impõe a necessidade de especificação das sequências constituídas por mais de dois constituintes sob a forma de sintagmas terminológicos, compostos sintagmáticos, colocações, lexias, sinapsia, nomes compostos e fraseologias (cf. Cabré 1993; Lerat 1995; Costa 2001; L’Homme 2004).

E como pressupõe Silva, “*de um ponto de vista teórico, defendemos a necessidade de distinguir as colocações das fraseologias, diferenciando-as por seu turno dos termos multilexémicos, unidades estruturalmente complexas, cuja função é a de designar conceitos.*” (Silva 2014: 16)

Ora, nos estudos feitos até agora, estabelece-se, porém, uma diferença entre aquilo que é um termo complexo, uma colocação e uma fraseologia. Esta última é definida como “*uma parte da frase ou proposição, que se caracteriza por ser constituída por várias denominações ligadas entre si por elementos gramaticais que, regra geral, são extrínsecos às unidades terminológicas multilexémicas*” (Costa 2001:153).

De acordo com Lino (2009 : s/p) “*Le phénomène linguistique des collocations fait aujourd’hui l’objet de multiples recherches, visant une meilleure description et systématisation des structures linguistiques et de la langue générale et des langues de spécialité.*”

O mapa que se segue, elaborado por Costa (2012), apresenta uma visão muito mais sistémica das combinatórias:



Figura 5 : Mapa de combinatória (Costa 2012 apud Silva 2014: 17)

Este mapa é um bom modelo para visualizar os tipos de combinatórias que surgem nos textos de especialidades.

Como se pode observar, a combinatória assume-se como o conceito mais genérico: é o conceito que cobre todas as formas constituídas por mais de dois elementos. Por exemplo, e como está explícito no mapa, os termos complexos são um tipo de combinatória, não sendo as combinatórias necessariamente termos complexos, podendo também ser colocações, fraseologias, entre outras.

Segundo diferentes autores, a colocação remete-nos para a noção de coocorrência frequente de palavras. É constituída por uma “*base et un collocatif* : «La

base est un mot (plus précisément l'acception d'un mot, appelée aussi « lexie ») que le locuteur choisit librement parce qu'il est définissable, traduisible et appréhendable sans le collocatif. Le collocatif est un mot (ou l'acception d'un mot) que le locuteur sélectionne en fonction de la base parce qu'il n'est pas définissable, traduisible ou apprenable sans la base» (HAUSMANN, F. J. 2006: 4 *apud* Lino 2009: s/p).

Os termos “base” e “colocativo” não se apresentam numa relação fixa, mas sim móbil, ou seja, o colocativo pode surgir numa posição pré e/ou pós-base. Nem sempre é fácil distinguir uma colocação de um termo complexo. Pensamos que essa distinção se torna ainda mais difícil quando se trabalha em áreas como a da AP, em que as unidades que veiculam conceitos são muito próximas das do léxico geral.

3.3. Variação em terminologia

“...as variantes são resultantes dos diferentes usos que a comunidade, em sua diversidade social, linguística e geográfica faz do termo.” Faulstich (2001:22)

O que caracteriza e distingue uma área de especialidade de outra área de especialidade é, certamente, a especificidade dos seus discursos. Porém, pelo que nos parece, os fenómenos linguísticos que decorrem desses discursos, a exemplo da sinonímia, entre outros, parecem estar longe de constituírem casos isolados ou exclusivos de um único domínio.

Com o objectivo de atingir uma comunicação entre especialistas sem ambiguidade - defendendo a monorreferência do termo – a variação foi sempre uma preocupação de Wüster. O autor entendia a variação linguística como “*toda perturbación de la unidad lingüística*” (Cf. Wüster¹⁰ 1998: 242).

Face às preocupações de Wüster, surgem, a partir de mil novecentos e oitenta, reacções a uma “*nova atitude em relação à variação em terminologia*” (Faulstich 2001: 19). Nasce, então, um novo ramo da terminologia: a socioterminologia – que se

¹⁰ WÜSTER, E. (1979/1998). *Introducción a la Teoría General de la Terminología y a la Lexicografía Terminológica (versão espanhola)*. Barcelona: IULA.

propõe fazer “*l’analyse interne des théories et des pratiques de la terminologie en tant que système langagier intégré à l’ensemble des systèmes d’études de la langue*”. (Boulanger 1982: 321 citado por Conceição 1994: 34). Assim, no domínio da evolução desta abordagem, e com o intuito de “*entender a variação como um fenómeno de língua, de usos e de natural ocorrência nas línguas de especialidade*” (Faulstich 2001: 19), surgem, entre outros, os estudos de vários autores (Boulanger, 1991; Gambier, 1991; Guadin, 1993; Auger, 1994; Faulstich, 1995; Freixa, 2002; Martínez 2004).

Faulstich (2001:20), partindo do pressuposto de que a, “*terminologia está voltada para observação do uso do termo em contextos de língua oral e de língua escrita, atitude que implica a possibilidade de identificação de variantes dentro de um mesmo contexto ou em diferentes contextos em que o termo é usado*”, apresenta um constructo teórico de variação terminológica, onde propõe a sua tipologia de variantes em terminologia.

3.4. Constructo teórico da variação terminológica

Em função dos estudos sobre a variação em terminologia, Faulstich (2001:25) propõe - apoiando-se em cinco postulados¹¹ - um modelo de classificação de variação. Neste modelo, a autora coloca a variação em categorias e subcategorias. Nas categorias – dizendo respeito ao que a autora denomina de “plano superior” – situam-se três variantes: as concorrentes, as coocorrentes e as competitivas. *As variantes concorrentes são aquelas que podem concorrer entre si, e permanecer, como tais, no estrato, ou que podem concorrer para a mudança. As variantes coocorrentes são*

¹¹ a) *Dissociação entre estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada; b) abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significado; c) aceitação de que, sendo a terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática; d) aceitação de que a terminologia varia e de que essa variação pode indicar uma mudança em curso; e) análise da terminologia em co-textos lingüísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral. (Cf. Faulstich, 2001:25)*

aquelas que têm duas ou mais denominações para um mesmo referente. As variantes competitivas são aquelas que relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes, quer dizer [por outras palavras os], itens lexicais de uma língua B preenchem lacunas de uma língua (Faulstich 2001: 26). Nas subcategorias – associadas ao plano inferior – situam-se as variantes formais, os sinónimos e os empréstimos. A figura que se segue é ilustrativa dessa visão.

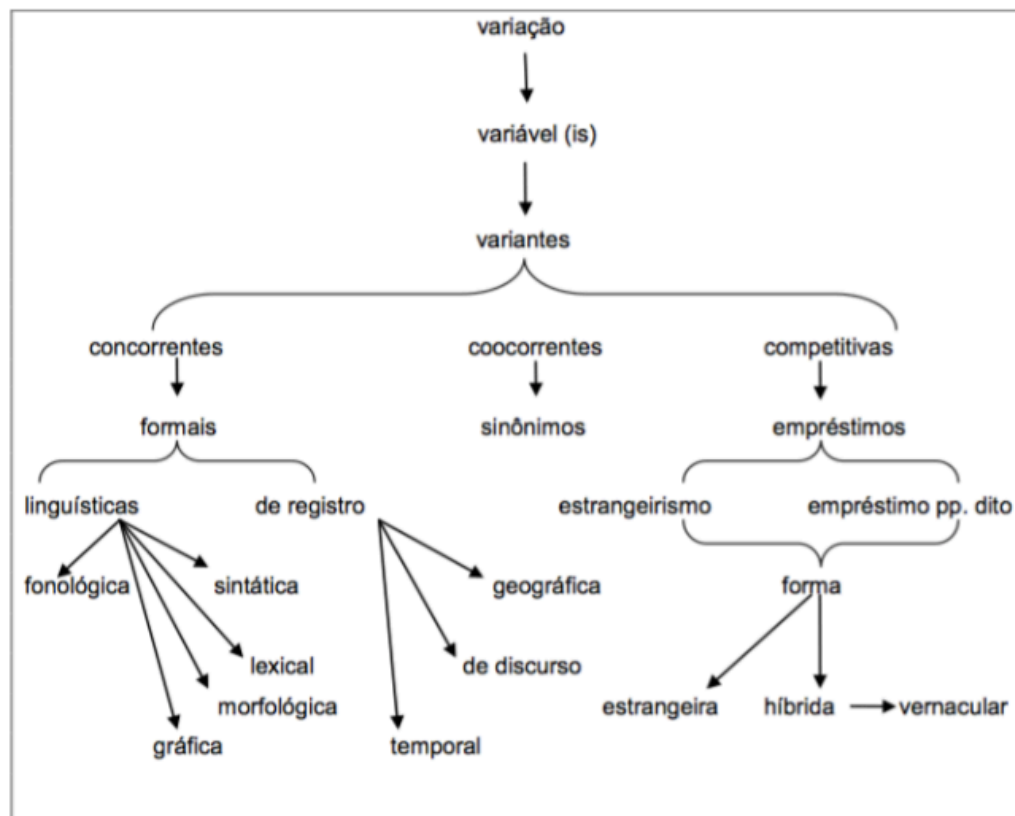


Figura 6: Classificação das variantes no constructo teórico de variação em terminologia. Fonte: Brito (2015:73).

A partir da figura acima, é possível visualizar com mais clareza a classificação tipológica das variantes em terminologia. A categoria das variantes concorrentes agrupa as subcategorias variantes formais, nas quais fazem parte as variantes formais linguísticas; e as variantes formais de registo. Da subcategoria das variantes formais terminológicas linguísticas fazem parte as variantes fonológicas, as gráficas, as morfológicas, as lexicais e as sintáticas.

Verifica-se a variante fonológica quando a escrita de um determinado termo surge de formas decalcadas da fala. Por exemplo, *portfólio* em relação a *porta-fólio* (Cf. Faulstich 2001);

A variante gráfica observa-se nas diferentes formas de grafar um termo, como pode ser o caso dos candidatos a termos *Comissão Técnica* e *comissão técnica*;

No que diz respeito à variação morfológica, Faulstich (2001) considera que esta apresenta a alternância de ordem morfológica na constituição do termo, sem que esta alteração afecte o conceito. A autora dá como exemplo *bactéria avirulenta* e *bactéria não-virulenta*;

A variante lexical envolve sempre um termo estruturalmente complexo que, segundo Faulstich (2001), “*sofre um apagamento [omissão], mas o conceito do termo não se altera*”. São exemplos desta variação *Rede Angolana de Transferência de Tecnologia* em relação a *Rede de Transferência de Tecnologia*;

O que caracteriza a variante sintáctica é a mudança da estrutura morfossintáctica ou a mudança do conector. Por exemplo, *trabalho de equipa* e *trabalho em equipa*.

Na subcategoria de variantes de registo estão inseridas as variantes geográfica, de discurso e a temporal. Das variantes coocorrentes fazem parte os sinónimos e na categoria das variantes competitivas inserem-se os empréstimos “*em relação às formas vernaculares, a um termo híbrido, a um termo decalcado ou mesmo a um outro estrangeirismo propriamente dito.*” (Faulstich 2006: 30)

A classificação proposta por Faulstich representa somente uma de entre outras reflexões sobre a variação em terminologia.

Outros autores acentuam aspectos diferentes destes. Freixa (2002), por exemplo, na sua tese de doutoramento sobre “*La variació terminològica. Anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent graud*” *especialització de l’ àrea de medi ambient*”, associa a sinonímia à variação denominativa, apresentando assim uma perspectiva diferente da apresentada por Faulstich. Nesta tese, onde também aponta as causas estilísticas, dialectais, funcionais, sociolinguísticas e cognitivas como determinantes na variação denominativa, a autora propõe uma classificação formal de variação. Segundo Freixa (2002: 274), “*La classificació formal que presentem s’estructura en blocs segons el tipus de canvi lingüístic que es produeix:*

1. *Canvis gràfics;*
2. *canvis morfosintàctics;*
3. *reduccions;*
4. *anvis lèxics;*
5. *diversos canvis complexos.*

A nível da variação morfossintáctica, a autora supracitada reintroduz o conceito de variante terminológica morfossintáctica já defendido por Faulstich. Tal como afirma Faulstich, “*em 1999, elaboramos o modelo ampliado do constructo teórico da variação. (...) No conjunto dos tipos concorrentes, desmembramos a variante morfossintáctica [morfossintáctica] em variante morfológica e variante sintáctica.*” (Faulstich 2001: 24)

Neste sentido, com base na classificação de Freixa (2002) procederemos, neste trabalho, a uma análise da presença de variação no *corpus* da DNDTI.

CAPÍTULO IV: TRATAMENTO DO *CORPUS*

Depois da constituição do *corpus* de análise seguiu-se o seu tratamento. Esta etapa consistiu, de uma forma geral, na “higienização” do *corpus*, ou seja, na eliminação de ruídos, como a eliminação dos espaços duplos entre as formas para um espaço, e na uniformização de caracteres entre as alíneas e as formas. Procurámos também eliminar todas as tabelas (de teor matemático, descritivos de nomes próprios) e gráficos (de teor estatístico) pelo facto de considerarmos a informação irrelevante para o estudo que se pretende. Um outro elemento que consideramos irrelevante foram as referências aos ofícios.

4.1. Ferramentas de tratamento semiautomático do *corpus textual*

Feita a “higienização” do *corpus*, seguiu-se o processo de extracção de candidatos a termos. Para tal, servimo-nos de duas ferramentas informáticas: *AntConc*, *CONCAPP*.

Desta forma, com vista a maximizar a qualidade dos dados, procuramos explorar as potencialidades de cada uma das ferramentas, dando a cada uma delas uma função específica. Assim:

- i. Com o auxílio do *CONCAPP* construímos os dicionários alfabético e hierárquico de formas, e extraímos as concordâncias e os contextos das formas pólo seleccionadas. Os dois dicionários de formas constituíram os elementos de análise. O dicionário alfabético, por exemplo, permitiu dar conta, fundamentalmente, da variação gráfica das formas referenciais. O dicionário hierárquico permitiu verificar a frequência das formas que viriam a ser extraídas com a ferramenta *AntConc*, pelas razões expostas no ponto 4.3.
- ii. Com a ferramenta *AntConc* fizemos a extracção dos candidatos a termos estruturalmente simples.

Com estas ferramentas obtivemos os dados estatísticos que se apresentam no ponto seguinte.

4.2. Dados Estatísticos

Compilados os dados apresentados pelas diferentes ferramentas de tratamento semiautomático, constatamos uma ligeira diferença entre os dados obtidos. Veja-se a tabela abaixo:

Ferramenta	Total de formas únicas no corpus	Total de formas repetidas no corpus
AntConc	5509	49142
CONCAPP	4875	52792

Tabela 3 : Dados estatísticos

Como se pode verificar, o *corpus* é de pequena dimensão, se considerarmos e o compararmos com outros *corpora*. Trata-se de um *corpus* com uma variação de formas únicas que vai de 4875 a 5509, e com formas repetidas a variar entre 49142 a 52792, consoante a ferramenta utilizada.

Porém, a justificação para o tamanho do *corpus* deve-se à pouca produção de textos verificada aquando da nossa passagem pela DNDTI, com o fim de recolher dados. Esta pouca produção poderá ser consequência da última reestruturação administrativa no seio dos Departamentos Ministeriais de Angola. Como nota exemplificativa, o actual Ministério da Ciência e Tecnologia fazia parte do anterior Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia, e esta situação obrigou-nos a considerar uns textos em detrimento de outros, tendo sempre presente a (nova) entidade produtora dos mesmos. Entretanto, apesar desses entraves, consideramos o *corpus* relevante para amostra de um estudo que se pretende alargar a todo o Ministério.

4.3. Extração semiautomática dos candidatos a termos

Relativamente à extração dos candidatos a termos, optamos por trabalhar com o *AntConc*, por considerarmos que a apresentação dos dados permite uma melhor leitura do que o *CONCAPP*. Esta comparação é meramente contextual e subjectiva, podendo não ser aplicável a outros estudos.

A análise centrou-se fundamentalmente na estrutura “inventor/criador”. Esta estrutura é lida pelo *CONCAPP* como “inventorcriador”, resultando assim numa

sequência “ruidosa”. Já para o *AntConc*, esta estrutura é lida separadamente, ou seja, traduz-se em dois elementos, “inventor” e “criador”.

Observa-se, em primeira instância, que “inventor/criador” é, na verdade, uma estrutura que, mesmo para os humanos, pode estar aberta a pelo menos três leituras, a saber: “inventor e criador”, “inventor ou criador” e “inventor-criador”.

Porém, os termos “inventor” e “criador” parecem designar efectivamente dois conceitos distintos, como bem se pode aferir no Decreto Presidencial n.º 224/11, de 11 de Agosto em que se considera:

- ❖ **Inventor** – o indivíduo que tenha inventado algo e, por conseguinte, seja reconhecido pelo Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia e outros órgãos afins;
- ❖ **Criador** – aquele que cria, que dá o ser. É o autor de algo novo ou original.

Consideramos que o facto de as duas ferramentas apresentarem e fazerem leituras diferentes, venha reforçar ainda mais a necessidade de fixar, mediante os contextos, a grafia de certas formas. Neste caso específico referimo-nos ao valor semântico atribuído à forma “/” (barra oblíqua), que frequentemente ocorre entre os termos *inventor* e *criador* em:

- a) Antecâmara Feira do Inventor/Criador Angolano
- b) Antecâmaras da Feira do Inventor/Criador Angolano
- c) Ciclo de Antecâmaras de Feiras do Inventor/Criador Angolano
- d) Edição da Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano
- e) Edição da Feira do Inventor/Criador Angolano
- f) Feira do Inventor/Criador Angolano
- g) Feiras do Inventor/Criador Angolano
- h) Prémio BDA Inventor/Criador Angolano
- i) Prémio BP Inventor/Criador Angolano
- j) Prémio Primavera BSS Inventor/Criador Angolano
- k) Prémio SINFIC Inventor/Criador Angolano
- l) projectos dos inventores/criadores angolanos
- m) stands dos inventores/criadores

Nos candidatos a termos que acima se apresentam, há uma ocorrência visível da “/” (barra oblíqua) entre os termos *inventor* e *criador*. Nota-se, a nível da literatura consultada, que os estudos sobre a função da barra oblíqua ainda são muito incipientes. Raras são as gramáticas que apresentam um estudo sobre o uso deste

sinal. Por exemplo, das gramáticas consultadas, apenas a gramática de Cunha e Cintra (2013:835) apresenta alguns aspectos, descrevendo o seu uso, que nesta gramática, está associado a pelo menos três situações: a) *para marcar uma relação de oposição*, b) *para indicar o final de um verso ou para* c) *dividir sílabas métricas numa transcrição*.

Tendo em conta o que acabamos de afirmar, consideramos a grafia dessas estruturas, cuja interferência na compreensão é marcada pela presença da barra oblíqua “/”, uma preocupação a ser levada aos especialistas da área para a devida discussão.

4.3.1. Selecção dos candidatos a termos

De acordo com Lerat (1995: 46), *“Etant des noms de notions, les termes suscitent des attentes doubles: il faut que ce soient des unités linguistiques intégrables dans des énoncés et pouvant y remplir des fonctions syntaxiques, même si leur morphologie n’est pas conforme aux règles de bonne formation lexicale, et il faut en même temps que ce soient des unités de connaissance à contenu stable, donc indépendantes du contexte que les mots ordinaires.”*

Considerando a perspectiva de Lerat, podemos depreender que a frequência em si mesma não garante elegibilidade exclusiva dos resultados, sendo por isso necessário submeter as formas a uma análise contextual ou discursiva.

Para Conceição (1994:35), *“o termo não pode ser visto unicamente como entidade significativa per si. Ele é, apenas, a consequência da vontade e/ou necessidade de enunciação e transmissão de conhecimentos, pelo que a sua análise deve ser feita de um ponto de vista cognitivo e de um ponto de vista linguístico.”*

Entendemos, por isso, que o exercício de identificação de candidatos a termos é, para o terminólogo, de dimensão linguística e de dimensão conceptual, ou seja, consiste em identificar formas linguísticas susceptíveis de designarem conceitos. Assim, tendo em conta a natureza da DNDTI, procuramos distinguir as formas referenciais que, aparentemente, nos remetem para termos da área em estudo.

A partir da função *word list* da ferramenta *AntConc* foi possível verificar, não só o número total de ocorrências no *corpus*, como também a frequência com que uma determinada forma ocorre no *corpus*. A pertinência de uma determinada forma linguística, favorecida pela alta frequência com que ocorre no *corpus*, foi um dos factores decisivos para a selecção dos candidatos a termos. Isto porque a frequência “(...) é, para o terminólogo, um indicador de pertinência terminológica ou de não-pertinência terminológica da forma.” (Silva 2014: 115). Ligado a este argumento, está o facto de as formas com a maior frequência, fundamentalmente as formas referenciais, para o nosso objecto de estudo, serem as que mais despertam a atenção no trabalho terminográfico, uma vez que “... quanto mais vezes aparecer uma determinada forma linguística num texto de especialidade mais probabilidade terá de vir a ser um candidato a termo.” (*Idem*).

Observe-se a figura abaixo.

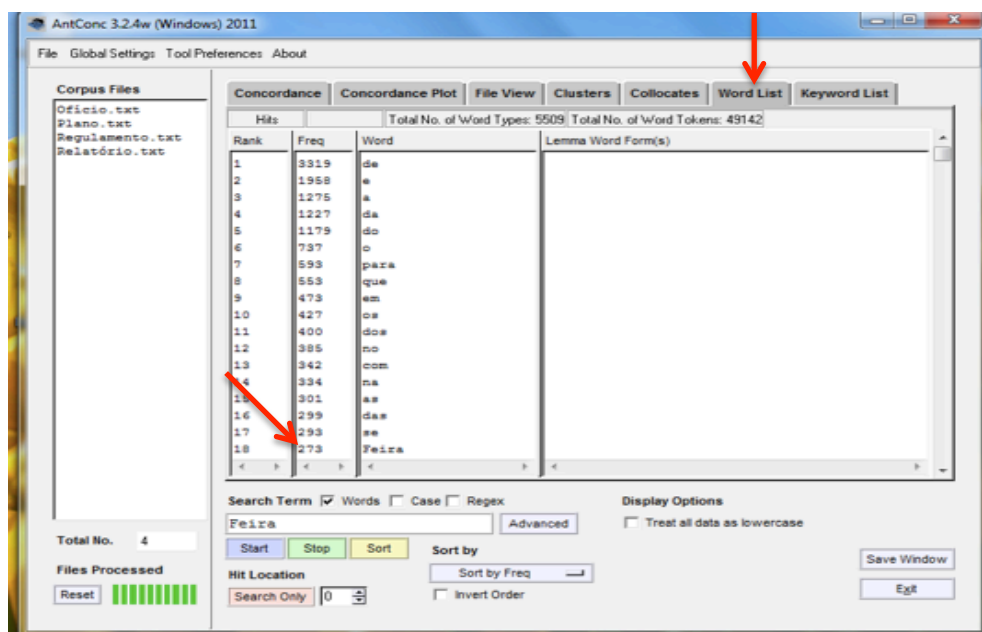


Figura 7 : Word List

Como podemos observar na figura 7, neste conjunto de 18 formas, a forma *Feira*, com frequência 273, é a única forma seleccionável, uma vez que é o único elemento referencial. As outras formas, apesar de terem frequência considerável, não são seleccionáveis. Não têm qualquer pertinência por não poderem designar conceitos. Das 5509 formas únicas que constituem o *corpus* – dada a impossibilidade

de podermos abordar todas as categorias existentes – restringimos a nossa pesquisa às formas susceptíveis de designarem conceitos da área, mais concretamente ao nome, pelo seu carácter denotativo.

As formas que se seguem são o resultado desse processo:

18	273	Feira	148	43	tecnologias
22	214	Tecnologia	151	42	Comissão
25	205	Ciência	151	42	CTN
26	201	DNDTI	165	39	feira
28	190	Inovação	169	39	produtos
35	146	Inventor	173	38	expositores
37	143	Criador	180	36	Centro
40	125	trabalhos	182	36	Investigação
42	114	actividades	188	35	vencedores
45	107	Superior	189	34	Ciências
49	102	inovação	191	34	implementação
50	102	MINCT	195	33	Empresas
52	101	projecto	198	33	Programa
55	95	Edição	199	32	abertura
57	94	Desenvolvimento	201	32	divulgação
58	93	Direcção	203	32	escolas
60	90	desenvolvimento	207	31	conhecimento
62	86	realização	210	31	formação
63	84	Instituições	211	31	membros
66	83	inventores	219	30	Organização
67	83	júri	220	30	preparação
74	80	Antecâmara	225	29	categoria
76	79	Ministério	228	29	Produtos
84	72	acções	229	29	Projecto
85	72	apoio	231	29	transferência
87	71	participação	232	28	avaliação
88	70	Sistema	234	28	Departamento
90	68	projectos	242	27	Formação
91	68	SNCTI	243	27	Participação
95	66	empresas	246	26	cerimónia
96	65	Região	260	25	comissão
97	64	Ensino	265	25	programas
98	64	trabalho	268	25	reuniões
105	58	actores	269	25	técnico
109	58	Júri	271	24	Criadores
110	57	tecnologia	278	24	Invenções
112	56	criação	294	23	Técnicos
113	54	instituições	295	23	técnicos
126	49	Técnico	297	22	categorias
128	48	criadores	298	22	ciência
131	48	organização	300	22	concurso
135	47	sector	305	22	grupo
136	46	Inventores	344	20	PNCTI
137	46	Plano	522	18	Rede
138	46	prémios			
140	45	base			

Estas formas pólo foram seleccionadas, mantendo-se a ordem pela qual ocorrem no *corpus*. Quer dizer que contabilizamos tanto as formas grafadas em maiúscula como em minúscula, tanto o singular como o plural, podendo a exclusão ou a manutenção de algumas dessas formas estar dependente da análise que faremos aos candidatos a termos.

Para uma análise de combinatórias, a ferramenta de tratamento semiautomático *AntConc*, por exemplo, oferece três funcionalidades: *Concordance* (Concordância), *Cluster* e *N-Grams*, pelo que o terminólogo deve optar pela funcionalidade que melhor lhe convier, tendo sempre em conta os seus objectivos.

4.3.2. A Concordância

Com recurso à funcionalidade *Concordance* da ferramenta de tratamento semiautomático CONCAPP, a partir de uma forma pólo podemos observar as combinatórias em que ocorrem.

A concordância pode ser vista também como uma forma particular de contexto em que se pode estudar diversos usos de um termo numa posição pólo (cf. Costa 2001). Como se pode observar na tabela seguinte, a partir da concordância da forma pólo é possível observar os seus coocorrentes, quer à esquerda quer à direita. De acordo com Lino *et alii* (1991:82), a coocorrência é a “*presença simultânea, mas não forçosamente contígua, num fragmento de texto (sequência, frase, parágrafo, vizinhança de uma ocorrência, parte do corpus etc.) das ocorrências de duas formas determinadas.*”

A título de exemplo, apresentamos a concordância da forma *região*, uma das formas mais frequentes no *corpus*.

anto a nível nacional como na <u>região</u> e no mundo; * Definir um plan
O INVENTOR/CRIADOR ANGOLANO <u>Região Académica II</u> (Benguela e Kwanz
Inventor/Criador Angolano da <u>Região Académica II</u> , na cidade de Ben
Inventor/Criador Angolano, da <u>Região Académica II</u> , tem por objectiv
tivar o potencial criativo na <u>Região</u> ; d)- Proporcionar oportunidade
remetidas as Instituições da <u>Região</u> académica II seleccionadas para
ventor/Criador Angolano na <u>Região Académica</u> os trabalhos nas áre
osta pela corpo de Júri da <u>Região Académica</u> e aprovado pelo seu
o Inventor/Criador Angolano - <u>Região Académica II</u> e representam as
o Inventor/Criador Angolano - <u>Região Académica II</u> e representam as
inventor/criador Angolano na <u>Região Académica II</u> , foi eleito José
O INVENTOR/CRIADOR ANGOLANO <u>Região Académica VI</u> (Cunene) REGUL
Inventor/Criador Angolano da <u>Região Académica VI</u> , na cidade de Ond

Inventor/Criador Angolano, da Região Académica VI, tem por objectivo o potencial criativo na Região; d)- Proporcionar oportunidade e remetida às Instituições da Região académica VI seleccionadas pelo Inventor/Criador Angolano na II Região Académica os trabalhos nas áreas da lista pela parte do corpo de Júri da VI Região Académica e aprovado pelo seu o Inventor/Criador Angolano - Região Académica VI e representam as o Inventor/Criador Angolano - Região Académica II e representam as o inventor/criador Angolano na Região Académica II, foi eleito José

Tabela 4 : Concordância da forma *região*

Em função da leitura à esquerda e à direita a partir da forma *região* foi possível identificar combinações que podem ser consideradas termos complexos, bem como fenómenos de variação que envolvem esses mesmos termos complexos. Relativamente aos fenómenos de variação, podemos verificar que as formas sublinhadas na tabela 4 parecem ser formas alternativas de designação de um mesmo conceito.

Deste modo, a partir da concordância da forma *região* registámos as combinações.

Na tabela 5, abaixo, podemos verificar que o numeral tanto ocorre à esquerda como à direita do termo, ou seja, apresenta uma deslocação do numeral de uma posição pré-nominal para uma posição pós-nominal. Esta observação levou-nos a registá-los para a devida análise.

Combinatória	
Região Académica II	II Região Académica
Região Académica VI	VI Região Académica

Tabela 5 : Exemplo de variação no *corpus*

Mais uma vez, com ajuda de ferramentas, é possível recuperar o contexto de uso das formas – como veremos na análise dos dados – e verificar se, eventualmente, apontam para o mesmo conceito ou não.

Outro exemplo de concordância pode ser visto com a forma pólo *Feira*, a mais frequente no *corpus*:

realizaremos a Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano - ião Académica na 5ª Edição da Feira do Inventor/ Criador Angolano, ano de 2014, a Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano - meira Edição da Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano - Relatório Antecâmara da Feira do "Inventor/Criador Angolano" da 1ª Edição da Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano d

a 1ª Edição da Antecâmara da **Feira** do Inventor/Criador Angolano d e Kwanza Norte). A **Feira** tinha como objectivo principal

Tabela 6 : Concordância da forma *feira*

Desta concordância obtivemos os seguintes resultados:

Frequência	Combinatória
38	Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano
1	antecâmara da feira nacional
59	Antecâmaras da Feira do Inventor/Criador Angolano
29	Edição da Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano
12	Edição da Feira de Ciência e Tecnologia
31	Edição da Feira do Inventor/Criador Angolano
3	Edição da Feira Internacional de Ideias-Invenções e Valorização de Produtos
1	Expositores das feiras do MINCT
3	feira “INNO Ekaterinburg 2014”
2	feira “INNO Ekaterinburg 2015”
5	feira Seoul International Invention 2014
1	Feira Científica
1	Feira da Alemanha
15	Feira de Ciência e Tecnologia
1	Feira de Empreendedorismo e Inovação
1	feira de empreendedorismo e inovação
1	Feira de Ideias Invenções e Valorização de Novos Produtos
7	Feira de Ideias-Invenções e Novos Produtos
1	Feira de Ideias-Invenções e Novos Produtos de 2014
1	Feira de Ideias-Invenções e Valorização de Novos Produtos
3	Feira de Ideias-Invenções e Valorização de Produtos
1	Feira de Nuremberga
1	feira de produtos
110	Feira do Inventor/Criador Angolano
14	Feira Internacional
1	Feira Internacional de Ciência e Tecnologia
1	Feira Internacional de Ideias-Invenções e Novos Produtos
9	Feira Internacional de Ideias-Invenções e Valorização de Produtos
1	Feira Internacional do Cuanza-sul

Tabela 7 : Combinatórias extraídas a partir da concordância da forma pólo *feira*

Importa realçar que, contrariamente ao que se verificou na Tabela 5, em que a variação era resultado da deslocação do numeral de uma posição pré-nominal para uma posição pós-nominal, determinando assim o registo dos fenómenos de variação, nos casos como os da tabela seguinte (tabela 8), as circunstâncias de selecção ou exclusão de combinatórias centram-se no uso de maiúsculas e minúsculas.

Frequência	Combinatória
	“antecâmara”
38	Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano
4	antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano
2	Antecâmara da Feira do inventor/criador Angolano

2	antecâmara da Feira do inventor/Criador Angolano
2	antecâmara da Feira do inventor/Criador angolano
2	Antecâmara da Feira do inventor/criador angolano
	“comissão”
6	comissão de peritos de apoio ao Júri
6	Comissão de Peritos de Apoio ao Júri
3	Comissão de peritos de Apoio ao Júri

Tabela 8 : Exemplos de instabilidade ortográfica

Os exemplos acima representam os casos de instabilidade ortográfica de combinatórias que concorrem para candidatos a termos.

Assim, no primeiro grupo de variações, representado pela forma pólo “antecâmara”, foi apenas considerado a combinatória “*Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano*”, com 38 ocorrências. O mesmo acontece com *Comissão de Peritos de Apoio ao Júri*. Todas as outras combinatórias foram descartadas por considerarmos tratarem-se de gralhas.

Em função desses procedimentos e partindo das formas pólo acima elencadas (cf. 4.3.2.), criaram-se as bases para a análise dos dados.

CAPÍTULO V: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

“Os termos cujas grafias não estão fixadas levam o especialista a hesitar no momento da redacção. Desta hesitação nascem diversas variantes ortográficas para um mesmo termo, em textos redigidos pelo mesmo autor.” (Costa 2001: 168)

Este capítulo ocupa-se da análise dos casos de variação terminológica identificados no *corpus* em combinatórias candidatas a termos. Deste modo, começamos por fazer um breve enquadramento de combinatória, uma vez que tivemos a necessidade de distinguir candidatos a termos de colocações; de seguida apresentamos os tipos de variação encontrados no *corpus* de acordo com a classificação formal de Freixa. Por fim, apresentamos uma proposta de base de dado multilingue.

5.1. Combinatória: Breve enquadramento

O resultado do processo pelo qual as unidades lexicais constituídas por dois ou mais constituintes são designados combinatórias. O termo combinatória é, como afirma Silva, um genérico que *“permite agrupar as estruturas morfossintácticas de unidades lexicais que ocorrem em textos de especialidade, independentemente dos valores que assumem.”* (Silva 2014:17).

No quarto parágrafo do ponto 4.3.1., referimo-nos, no que toca à selecção dos candidatos a termos, que o exercício de identificação de candidatos a termos é de natureza linguística e conceptual. Este exercício consiste em identificar formas linguísticas que permitem apontar para a existência de um conceito. Neste sentido, a distinção entre colocação e termos complexos é relevante, porque o que distingue o termo da colocação é o facto de o primeiro designar um conceito e o segundo não.

Procuramos, assim, identificar nas estruturas de combinatórias as colocações que introduzem o que nos parece ser termos complexos. Assim, nas sequências que apresentamos seguidamente, destacamos a negrito as colocações e a sublinhado os prováveis candidatos a termos. Um termo é definido como *“...une désignation composée d'un ou de plusieurs mots et représentant un concept général dans une langue de spécialité dans un domaine particulier.* (NORMA ISO 704 2009: 34). Nos

exemplos que se seguem, consideramos as sequências a negrito como colocações, pelo facto de não designarem conceitos, pois ganham sentido em função da base.

- i. **incentivo à inovação tecnológica**
- ii. **remessa de qualificador de profissões**
- iii. **aplicabilidade no sector produtivo**
- iv. **preparação das Antecâmaras da Feira do Inventor/Criador Angolano**

A combinatória **incentivo a** não designa um conceito de especialidade. No entanto introduz um possível candidato a termo, a saber, **inovação tecnológica**. Ainda relativamente a este primeiro exemplo, em comparação com a sequência lexical “*incentivo ao surgimento e aumento de novas empresas*”, é possível inferir que **incentivo a** é uma sequência com um grau de estabilidade elevado que introduz outras sequências lexicais, sendo umas de especialidade e outras não. No nosso exemplo, **incentivo a** é uma colocação que selecciona um candidato a termo **inovação tecnológica**.

Outros casos há em que a formação morfossintáctica da sequência lexical dificulta a distinção entre termos complexos e colocações.

São exemplos disso os seguintes casos:

- i. **participações freelancers**
- ii. **avaliação dos trabalhos**
- iii. **submissões de trabalhos**
- iv. **novos produtos**
- v. **produtos de interesse**

Do ponto de vista morfossintáctico, a sequência **participações freelancers** é constituída por N_1+N_2 . Nesta sequência o N_2 desempenha a função de adjectivo. **Participações** é, neste caso, uma unidade lexical, ou seja, é uma unidade da língua cujo sentido é especificado pelo termo **freelancers**. Neste sentido, o N_1 é uma unidade lexical ao passo que N_2 é um termo. Da nossa análise, podemos inferir que a sequência **participações freelancers** poderá corresponder a uma colocação, tendo a

particularidade de ser híbrida pelo facto de os seus constituintes pertencerem a dois sistemas linguísticos diferentes, a saber o português e o inglês.

No caso de **avaliação dos trabalhos** ou ainda de **submissões de trabalhos** a estrutura morfossintáctica é N + Prep + N. Porém, apesar de numa análise superficial parecer que correspondem à estrutura de um termo complexo [N+PREP+N], numa análise mais apurada, verificámos que poderá não ser esse o caso. Isto porque consideramos que estas duas sequências [avaliação_N de_{Prep}] e [submissões_N de_{Prep}] correspondem a colocações deverbais de especialidade. Deste modo, a análise da estrutura morfossintáctica será [N+Prep]_{Colocação} + N e não [N+Prep+N]_{Termo}.

Reconhecemos que em algumas áreas da AP nem sempre é fácil estabelecer com exactidão a fronteira entre termos e unidades lexicais, uma vez que tal como acabámos de provar, podem ser confundidos entre si.

Na Tabela 9 abaixo, expomos alguns dos candidatos resultantes desta análise, e que têm por base formas pólo previamente elencadas (cf. 4.3.1). Estes candidatos a termos terão de ser submetidos aos especialistas da área para a devida validação. É este processo, a validação, que permitirá a fixação dos termos.

Candidatos a termos
Feira <ul style="list-style-type: none"> ➤ Feira Científica ➤ Feira de Ciência e Tecnologia ➤ Feira do Inventor/Criador Angolano (...)
Tecnologia <ul style="list-style-type: none"> ➤ Estratégia Nacional da Ciência Tecnologia e Inovação ➤ Política Nacional da Ciência Tecnologia e Inovação ➤ Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (...) DNDTI <ul style="list-style-type: none"> ➤ Plano de acção da DNDTI para 2015-2017 ➤ Plano de actividade da DNDTI para o ano de 2015 ➤ Planos de acção 2015 da DNDTI
trabalhos <ul style="list-style-type: none"> ➤ trabalho de equipa ➤ trabalho em equipa ➤ trabalhos de investigação (...)
actividades <ul style="list-style-type: none"> ➤ actividade de Investigação, Desenvolvimento e Inovação ➤ actividades de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação ➤ Actividades Preparatórias da Feira (...)

Candidatos a termos

Inovação

- áreas de inovação tecnológica de interesse
- áreas de inovação tecnológica de interesse nacional
- inovação tecnológica

projectos

- projectos de apoio ao desenvolvimento tecnológico
- projectos de desenvolvimento tecnológico
- projectos tecnológicos

(...)

Edição

- Edição da Feira de Ciência e Tecnologia
- Edição da Feira do Inventor/Criador Angolano
- Edição da Feira Internacional

(...)

Desenvolvimento

- desenvolvimento sustentável
- desenvolvimento tecnológico
- Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Direcção

- Direcção Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
- linhas de orientação da Direcção
- pessoal da direcção

(...)

Instituições

- Instituições da Região Académica II
- Instituições de Investigação Científica
- Instituições líderes de inovação

(...)

inventores

- inventores expositores
- Inventores Freelancers
- stands dos inventores e criadores

Júri

- Corpo de Juri da VI Região Académica
- Presidente das Comissões de Júri
- Presidente do Júri

(...)

Antecâmara

- Antecâmara da Feira
- Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano
- Ciclo de Antecâmaras de Feiras do Inventor/Criador Angolano

(...)

Ministério

- Ministério da Ciência e Tecnologia

acções

- acções da PNCTI
- acções de formação
- acções de inovação tecnológica

(...)

Candidatos a termos	
apoio	<ul style="list-style-type: none"> ➤ apoio à inovação tecnológica ➤ apoio metodológico ➤ órgãos de apoio ao CT&I (...)
Sistema	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sistema da Propriedade Intelectual ➤ Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação ➤ Sistema Produtivo Angolano (...)
SNCTI	<ul style="list-style-type: none"> ➤ actores do SNCTI ➤ actores intervenientes no SNCTI ➤ intervenientes no SNCTI (...)
Região	<ul style="list-style-type: none"> ➤ II Região Académica ➤ Região Académica V ➤ V Região (...)
(...)	

Tabela 9 : Exemplo de candidatos a termos

Cada uma das secções da tabela contém os termos seleccionados a partir de uma forma pólo.

5.2. Aspectos morfossintácticos dos candidatos a termos

Os candidatos a termos estruturalmente complexos identificados no *corpus* obedecem a diferentes padrões morfossintácticos de extensão variáveis que vão de dois (2) constituintes a três (3) ou mais.

Identificámos uma variedade de estruturas organizadas em seis (6) tipos.

1. [N+Adj] _T
2. [N+Prep+N] _T
3. [N+Prep+N+Adj] _T
4. [N+Adj+Adj] _T
5. [N+Prep+SIGLA] _T
6. [N+Adj+Prep+N] _T

Para além destes padrões, existem “outras” estruturas, como é o exemplo de $[N+Adj+Prep+N+N+Conj+N]_T$ no caso de “*Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação*”. Representamos no gráfico a seguir as estruturas dos termos complexos, tendo por base 287 candidatos a termos.



Figure 8 : Padrões estruturais dos candidatos a termos

Este gráfico ilustra a variedade estrutural dos candidatos a termos complexos. Dos seis tipos indicados, as estruturas $[N+Adj]$ e $[N+Prep+N]$ são as mais regulares. A primeira estrutura constituída pelo tipo $[N+Adj]$ – $[Feira_N Científica_{Adj}]$ – representa cerca de 16%. A seguir a essa estrutura, temos o padrão $[N+Prep+N]$ exemplificado pelo candidato a termo $[trabalhos_{SN} de_{Prep} investigação_N]$ que representa cerca de 15%. Vêm-se também estruturas a oscilarem entre 3% a 5%. Tendo em conta a sua frequência, mas sobretudo a sua regularidade, estas seis estruturas são as mais interessantes do ponto de vista terminológico. É ainda visível no gráfico acima a existência de “outras estruturas” que representam cerca de 53% de todas as estruturas. Apesar das suas frequências elevadas, dividem-se em estruturas irregulares e oscilantes. Nesta percentagem incluem-se mais de 50 estruturas o que vem atestar a imprevisibilidade da extensão sintagmática dos candidatos a termos.

5.3. Tipos de variação terminológica no *corpus*

De acordo com Faulstich (2006: 28) “*Um termo será funcional dentro de uma linguagem de especialidade, porque assumirá uma função específica de determinado valor, de acordo com o contexto de uso. Assim sendo, o termo é uma entidade variante porque pode assumir formas diferentes em contextos afins.*”

A análise do binómio termo-conceito é, sem dúvida, a noção preliminar de toda e qualquer discussão sobre o conceito de variação terminológica, pois só assim nos permite avançar no tratamento dos fenómenos linguísticos da variação em terminologia. Na medida em que reconhecemos um termo no interior dos discursos de especialidade, o interesse incide no seu comportamento no contexto em que está inserido. E como reafirma Brito (2015: 180) “*As línguas especializadas utilizam termos próprios que designam conceitos, transmitindo assim conhecimentos específicos, pelo que, em prol da eficácia comunicativa, a relação entre o termo e o conceito deveria ser biunívoca. Um termo deveria designar apenas um conceito e um conceito ser designado apenas por um termo para que a diversidade não resulte em ambiguidade e perturbe a comunicação especializada.*”

Como se pode ver neste ponto, a biunivocidade termo-conceito é uma realidade aquém da terminologia da DNDTI. Os candidatos a termos estão submetidos a fenómenos de variação. No entanto, classificamos os fenómenos de variação no *corpus* de acordo com o esquema abaixo:

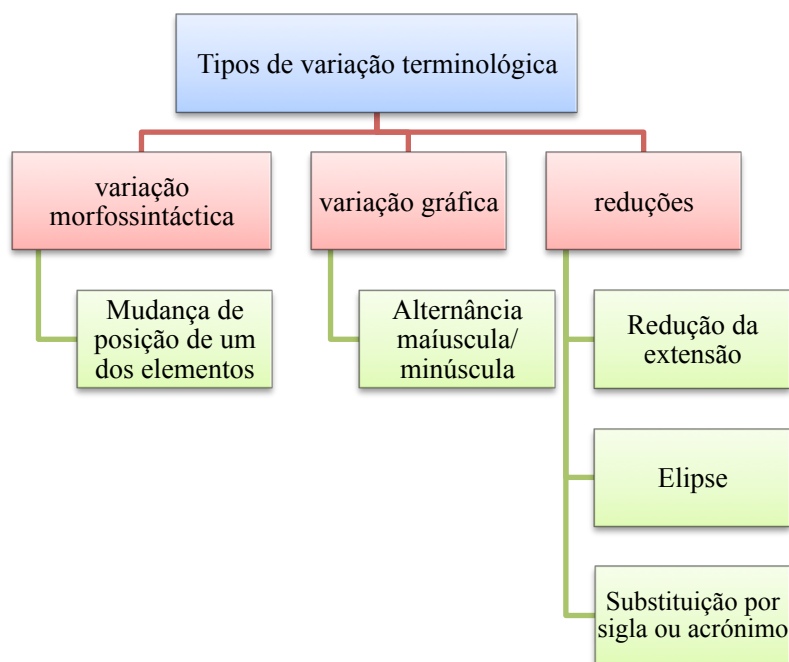


Figura 9 : Esquema de tipos de variação no *corpus* segundo Freixa

5.3.1. Variação morfossintáctica

A variação morfossintáctica verifica-se quando há uma mudança na estrutura do termo complexo. Por exemplo [Região_N Académica_{Adj} II_{Num}] e [II_{Adj} Região_N Académica_{Adj}]¹². Por vezes, apesar de a estrutura morfossintáctica se manter, há uma mudança de posição de um dos elementos lexicais. Vejamos os seguintes exemplos inseridos na estrutura N+ADJ+ADJ:

- i. Realizar Workshop para o fomento da criação da rede tecnológica nacional;
- ii. Criar uma rede nacional tecnológica, articulando e integrando os pólos tecnológicos e centros de investigação

Nas formas acima sublinhadas há uma variação que se manifesta pela deslocação de um dos elementos lexicais, neste caso, pelo comportamento móbil do adjectivo *nacional*, sem, no entanto, afectar o conceito. Esta mudança só ocorre no interior do grupo nominal pela particularidade de o adjectivo relacional - que deriva

¹² De acordo com o Dicionário Terminológico da Língua Portuguesa, a anteposição do numeral ao nome, altera a sua categoria gramatical, passando a desempenhar a função morfológica de adjectivo.

de um nome - não poder ocorrer numa posição pré-nominal.¹³ Dessa mudança de adjectivo resultou uma variante.

Noutras situações, a estrutura mantém-se havendo substituição de um elemento por outro dentro da mesma classe gramatical. Como nota exemplificativa temos os casos de **trabalho_N de_{Prep} equipa_N** e **trabalho_N em_{Prep} equipa_N**. Verifica-se nestes exemplos a substituição da preposição *de* pela preposição *em*.

A manutenção da estrutura é marcada pela oscilação entre o uso e o não uso do artigo ou a mudança de preposição. Relativamente à mudança da estrutura, esta ocorre a nível da categoria de um dos elementos que compõe o termo complexo.

Na análise da variação terminológica, começemos por considerar as seguintes formas:

Variação morfossintáctica	
Região _N Académica _{Adj} II _{Num}	II _{Adj} Região _N Académica _{Adj}
rede _N tecnológica _{Adj} nacional _{Adj}	rede _N nacional _{Adj} tecnológica _{Adj}
trabalho _N de _{Prep} equipa _N	trabalho _N em _{Prep} equipa _N

Tabela 10 : Exemplo de variação morfossintáctica

Se observarmos o primeiro exemplo da primeira coluna da tabela acima, constituídos pelas categorias gramaticais N+ADJ+NUM, verificamos que a ordem dos constituintes não é fixa, uma vez que do padrão N+ADJ+NUM se passa – em relação ao primeiro exemplo da segunda coluna para – o padrão ADJ+N+ADJ. É desta mudança que resultou a variação. Pela observação dos contextos concluímos que se tratam efectivamente de candidatos a termos:

- iii. A Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano, da Região Académica II, tem por objectivo apresentar ao público em geral os projectos desenvolvidos por inventores;
- iv. Serão seleccionados para participação na 1ª Edição da Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano na II Região Académica os trabalhos nas áreas das ciências e tecnologias.

A variação morfossintáctica só ocorre em termos complexos, ou seja, termos de dois a mais de três constituintes.

¹³ Cf. Dicionário Terminológico da Língua Portuguesa 2009: 40

5.3.2. Variação gráfica

A variação gráfica é observada na diferença ortográfica de um termo, envolvendo por exemplo a alternância entre o uso de maiúscula e o uso de minúscula, ou ainda o uso do hífen. Apesar de Freixa (2002) considerar a substituição das formas plenas por uma sigla ou acrónimo como fenómenos de variação gráfica, consideramos que, em consequência da análise que fizemos, poder tratar-se de uma variação por redução.

Trazemos, como exemplo de variação gráfica, a alternância entre o uso de maiúscula e minúscula:

Variação gráfica	
Alternância entre maiúscula e minúscula	
Comissão de Peritos de Apoio ao Júri	comissão de peritos de apoio ao júri

Tabela 11 : Exemplo de variação gráfica

5.3.3. Reduções

De acordo com Freixa (2002: 306) a redução é “*la supressió d’un o diversos constituents d’una unitat terminològica sintagmàtica que, de la mateixa manera que altres mecanismes per escurçar aquestes unitats (com les sigles), contribueix a l’economia lingüística; el caràcter anafòric de les reduccions contribueix també a augmentar la coherència discursiva i la cohesió lèxica.*” No corpus em análise, a variação por redução manifesta-se pela redução da extensão e pela omissão de um dos elementos ou de vários elementos de um termo complexo não considerado necessário pelo especialista à interpretação do conceito. Verificamos os seguintes casos de variação por redução:

Variação por redução	
substituição por sigla ou acrónimo	
Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação	SNCTI
Ministério da Ciência e Tecnologia	MINCT
Comissão de Peritos de Apoio ao Júri	CPAJ
Feira do Inventor/Criador Angolano	FeICA
redução da extensão	
Antecâmara da Feira do inventor/criador Angolano	Antecâmara da Feira do inventor/criador
V Região Académica	V Região

Direcção Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Direcção
elipse	
Região Académica VII	Região VII
Antecâmara da Feira do inventor/criador Angolano	Antecâmara do Inventor/Criador Angolano
Comissão de Peritos de Apoio ao Júri	Comissão de Apoio ao Júri

Tabela 12 : Exemplo de variação por redução

Partindo do princípio de que a sigla é,

“uma unidade lexical formada pelas iniciais de um conjunto de palavras, pronunciadas letra a letra” (Cunha e Cintra 2013: 149), por exemplo DNDTI – Direcção Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;

e o acrónimo,

“uma palavra formada a partir da junção das letras ou sílabas iniciais de várias palavras, que se pronuncia de forma continuada, como uma palavra só” (Ibdem), por exemplo MINCT – Ministério da Ciência e Tecnologia.

logo percebemos a dificuldade em distinguir as duas quando não estão de acordo com as duas definições acima descritas.

Das definições dadas, infere-se que a sigla e acrónimo são particularidades de redução de formas estruturalmente complexas. Verifica-se, portanto, em alguns candidatos a termos, inconsistência na redução, ou seja, as reduções não reflectem as suas formas plenas. Nos exemplos abaixo, os elementos da extensão não aparecem todos na redução.

- v. Programa Angolano de transferência de tecnologia e empreendedorismo de base tecnológica – PATT;
- vi. Rede Angolana de Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo de Base Tecnológica – RTT.

Nesses exemplos, temos dúvidas em saber a que constituintes correspondem as reduções. Estão, efectivamente, as reduções PATT e RTT a substituir, nos dois exemplos acima, o conjunto todo? Ou estão a substituir apenas *Programa Angolano de Transferência de Tecnologia* (PATT) e *Rede Angolana de Transferência de Tecnologia* (RTT), existindo, nos dois exemplos, um erro posicional das reduções, uma vez que *“Empreendedorismo de Base Tecnológica”* não aparece reduzido em nenhum dos exemplos?

Considerando que há um erro posicional das reduções, sendo RTT a redução de *Rede Angolana de Transferência de Tecnologia*, damos conta que esta não reflecte as formas plenas. Para que houvesse correspondência, seria necessário introduzir a letra A de *Angolana* para se obter a redução RATT, para além dessas reduções terem que vir antes de *Empreendedorismo de Base Tecnológica* e não depois de, por exemplo, *Programa Angolano de transferência de tecnologia e empreendedorismo de base tecnológica* – PATT. As formas correctas seriam as indicadas abaixo:

- vii. Programa Angolano de transferência de tecnologia (PATT) e empreendedorismo de base tecnológica;
- viii. Rede Angolana de Transferência de Tecnologia (RATT) e Empreendedorismo de Base Tecnológica.

Tendo em conta o que acabamos de afirmar, consideramos tratem-se de incorrecções relacionadas com o desconhecimento das regras de redacção, os casos em que a redução não esteja em conformidade com os exemplos apresentados.

Relativamente à variação por redução da extensão, em baixo verificamos que V Região e Região VII são variantes de V Região Académica e Região Académica VII, respectivamente.

- ix. A Antecâmara da Feira do inventor/criador angolano da V Região, teve duas sessões, sendo uma de abertura e uma de encerramento, 3 (três) palestras de meia hora cada, durante o último dia do funcionamento;
- x. 1ª Edição da Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano- VII Região 2013 A Antecâmara da Feira do Inventor/Criador é, uma iniciativa do MINCT em apoio aos Inventores/Criadores Angolanos da Região, vai passar a decorrer todos os anos...;
- xi. No âmbito da Antecâmara da Feira do Inventor/Criador Angolano, participou-se na preparação e realização da Antecâmara do Inventor/Criador Angolano na Região VII – Uíge e Kwanza Norte.

No exemplo x., verifica-se que **Região** corresponde à redução do termo complexo **VII Região 2013**. Apesar de a redução poder corresponder a um fenómeno de variação, neste caso não se trata de variação terminológica, mas sim um caso de variação discursiva.

❖ Para uma harmonização

Reconhecendo o facto de que a harmonização de termos depende essencialmente do consenso entre especialistas da área, tendo em consideração o que

foi dito no parágrafo acima, vemos aqui a necessidade de propor a redução de algumas variantes.

N+ADJ+N	Freq.	ADJ+N+ADJ	Freq.
Região _N Académica _{Adj} II _{Num}	9	II _{Adj} Região _N Académica _{Adj}	3
Região _N Académica _{Adj} VI _{Num}	5	...	
Região _N Académica _{Adj} V _{Num}	2	V _{Adj} Região _N Académica _{Adj}	16
...		VII _{Adj} Região _N Académica _{Adj}	8

Tabela 13 : Exemplo de candidatos a termos inconsistentes

Os candidatos a termos acima são ilustrativos da inconsistência com que estes ocorrem no *corpus*. No que diz respeito à frequência dos candidatos a termos, vemos que, pela variação a que estão submetidas, torna-se difícil determinar qual a sua forma canónica e quais as suas variantes. Ao longo do tratamento do *corpus*, verificámos que há variação relativamente à estrutura morfossintáctica dos termos. Por exemplo, o termo **Região_N Académica_{Adj} II_{Num}**, foi seleccionado, num primeiro momento, como forma canónica de **II_{Adj} Região_N Académica_{Adj}**, pelo facto de ser o primeiro a ocorrer e por ser o mais frequente. Porém, noutra momento, o termo **V_{Adj} Região_N Académica_{Adj}**, pode ser considerada a forma canónica de **Região_N Académica_{Adj} V_{Num}**. Tendo em conta o que acabámos de descrever, conclui-se que a estrutura morfossintáctica N+ADJ+N tanto pode, em alguns casos, ser considerada a forma canónica como a forma variante. O mesmo sucede com termos cujas estruturas sejam **ADJ+N+ADJ**.

Neste sentido, pela frequência com que aparecem no *corpus* e pelo facto de ser o conjunto mais regular no *corpus*, sugerimos que o termo **V_{Adj} Região_N Académica_{Adj}** seja o termo preferencial.

Passamos agora a apresentar uma proposta de um modelo de Base de Dados Terminológica Multilingue que conta, inicialmente, com uma metodologia monolingue.

5.4. Base de Dados Terminológica Multilingue

5.4.1. Objectivos da base de dados

A efectivação desta base de dados surge em função das necessidades, não necessariamente e directamente expressas pela DNDTI, constatadas ao longo da definição e concretização do objecto de estudo. Deste modo, a concretização da base

de dados tem como objectivo a fixação dos termos.

Esperamos que a base de dados terminológica possa funcionar na DNDTI, permitindo, por um lado, a gestão da informação técnico-científica e a transferência de conhecimento a nível interno e, por outro lado, a transferência de conhecimento a nível externo, no quadro da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola.

Tal como afirmamos anteriormente, apesar de a proposta de Base de Dados ser Multilingue, pelos campos que nela constam, para a criação da base de dados partimos de uma metodologia monolíngue, cuja língua de trabalho é o Português. A concretização de uma Base de Dados Multilingue justifica-se, quer pelo facto de o português ser a língua oficial de Angola, conforme consagrado no ponto 1 do artigo 19.º, referente à língua, Título I, sobre os Princípios Fundamentais da Constituição de Angola, quer pelo facto de a política do Estado Angolano valorizar e promover o estudo, ensino e a utilização das principais línguas de comunicação internacional, conforme consagra o ponto 2 do artigo em referência. Quanto a este segundo aspecto relativo às línguas internacionais, enquadram-se na Geopolítica e na Geoestratégia do Estado Angolano, no quadro da participação plena a nível da UNESCO, PNUD, SADC, e da CEAAC, na região do Golfo da Guiné; e no seio da CPLP e dos PALOP, na região dos Grandes Lagos, etc., na qual participam directa e executivamente as suas instituições, veiculando termos e conceitos relativos às suas áreas de especialidade.

O conjunto sistemático de dados terminológicos será suportado pela ficha terminológica.

5.4.2. A ficha terminológica

A base de dados terminológica será constituída por fichas terminológicas. De acordo com a intenção de estudo “ *Il faut noter que, dans la pratique, chaque organisme, sinon chaque terminologue ou groupe de terminologues, possède son propre modele de fiche...*” (Rondeau 1983: 83), em cada uma das fichas, as entradas correspondem ao campo destinado ao termo, elemento principal da ficha terminológica, visto que é em função dele e para ele que surgem as outras informações. Privilegiamos também campos destinados a outros elementos: a

categoria gramatical; o sinónimo, a definição, o contexto, a nota equivalente em Inglês, e o contexto do equivalente. A ficha terminológica será constituída por 20 campos:

Campos da Ficha Terminológica	
1.	Entrada
2.	Categoria gramatical
3.	Domínio
4.	Sinónimo
5.	Variante
6.	Definição
7.	Fonte da definição
8.	Contexto
9.	Fonte do contexto
10.	Fraseologia ou colocação
11.	Nota
12.	Equivalente em Inglês
13.	Fonte
14.	Contexto do equivalente em Inglês
15.	Equivalente em Francês
16.	Fonte
17.	Contexto do equivalente em Francês
18.	Equivalente em Espanhol
19.	Fonte
20.	Contexto do equivalente em Espanhol

Tabela 14 : Campos da ficha terminológica

Passamos à descrição dos campos da ficha terminológica.

- *Entrada*: campo para o termo simples ou para o termo estruturalmente complexo;

- *Categoria gramatical*: classe gramatical do termo em entrada;
- *Domínio*: área de saber do termo;
- *Sinónimo*: termos que designem o mesmo conceito que o termo em entrada;
- *Variante*: qualquer forma linguística usada em contexto como forma alternativa do termo em entrada;
- *Definição*: descrição de cada conceito para o diferenciar de outros do mesmo campo conceptual;
- *Fonte*: indicativo da precedência da informação;
- *Contexto*: Agrupamento de formas linguísticas que envolvem e dão sentido à vedeta;
- *Nota*: informação relevante à compreensão da vedeta;
- *Equivalente*: campo destinado ao correspondente da vedeta noutras línguas;
- *Contexto do equivalente*: agrupamento de formas linguísticas que envolvem e dão sentido ao equivalente.
-

A ficha terminológica reúne um conjunto de campos com informações que pensamos serem importantes para a fixação dos termos.

5.4.3. Proposta de modelo base de dados

A base de dados que nos propomos apresentar junto da DNNTI, num futuro próximo, reunirá um conjunto de fichas terminológicas com informações sobre os termos. Trazemos como exemplo, em modelo access, o desenho sintético da estrutura que vai suportar o conjunto de dados terminológicos (figura 8).

Ficha Terminológica Sair

Terminologia

Entrada:

Categoria Gramatical: Domínio:

Definição:
 Conjunto de pessoas individuais e/ou colectivas, suas respectivas tutelas, que se dedicam à investigação científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, o seu respectivo potencial científico, tecnológico e de inovação, interligados através de um mecanismo próprio, coordenado pelo Departamento

Fonte da Def.:

Fraseologia/colocação:

Sinónimo:

Variante:

Nota:

Contexto

Fonte:

Equivalente

ING

FontequING:

ContextequING:

FRA

FontequFRA:

ESP

FontequESP:

Registo: 1 de 20 Sem Filtro Procurar

Figura 10: Ficha terminológica

Como se pode ver, não fizemos constar todos os campos propostos na tabela 8, apenas apresentamos aqui um modelo de ficha terminológica com alguns campos ocultos. Esta base de dados evoluirá, com a colaboração de técnicos da área de informática, para um sistema de recuperação de informação dinâmico. Isto é, a partir do conjunto de informações de natureza gramatical, semântica e conceptual, será possível recuperar ou ter acesso aos termos. Para a recuperação da informação, será necessário criar relações entre campos da mesma ficha e entre cada uma das várias fichas terminológicas com informações dentro do mesmo campo nocional, definido por Lino *et alii* (1991: 55) como o “*Conjunto de noções que possuem laços temáticos entre si e que podem ser agrupadas em torno de uma noção-chave*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debruçarmo-nos sobre o nosso objecto de estudo, partindo de uma perspectiva semasiológica, tornou-se imperativo, antes de mais, fazer uma referência ao contexto administrativo angolano em que se insere o MINCT, mais especificamente a DNDTI. Nesta conformidade, a partir da constituição do *corpus* textual monolíngue desenvolvemos a metodologia, tendo em vista a identificação dos candidatos a termos e dos casos de variação associados aos mesmos no domínio da DNDTI.

Foi evidente, neste estudo, que nem sempre é fácil fazer com precisão a distinção entre uma colocação e um termo estruturalmente complexo. Assim, esta distinção constituiu o ponto de partida para a identificação dos fenómenos de variação associados aos termos complexos.

Relativamente aos fenómenos de variação associados aos termos complexos, pudemos concluir que a relação entre um só termo e um conceito é, certamente, uma realidade que não tem correspondência na DNDTI. O facto de um termo ter mais de três variantes vem provar isto. Neste sentido, pensamos que, para uma comunicação mais eficaz seja necessário a harmonização dos termos, reduzindo algumas variantes. Pois, a variação pode, na premissa da necessidade contínua de transferência de conhecimento a vários níveis, causar uma perturbação no entendimento entre interlocutores.

Porém, o trabalho terminológico não se resume ao terminólogo, mas sim na dualidade terminólogo-especialista. O auxílio do especialista é fundamental na validação dos candidatos a termos referentes ao domínio de especialidade em que recai um determinado estudo. Perante tudo isto, torna-se mais do que necessário ter em conta que o nosso trabalho não termina com a apresentação dos dados estatísticos nem com a sua análise, mas sim começa a partir dos dados apresentados. Há ainda muito a fazer, aprender e aprofundar, o que aqui se apresenta é apenas uma amostra que serviu de base para compreensão de conceitos e metodologias indispensáveis ao estudo da Terminologia e para a projecção de estudos mais complexos e vastos. Precisamos, antes de mais, trabalhar e verificar junto dos especialistas se na verdade

se trata de termos da área de especialidade em análise ou não. A falta de cooperação entre um terminólogo e um especialista não torna o trabalho impossível, mas pode levar-nos a um esforço em vão.

Contudo, consideramos este trabalho um contributo com vista à fixação dos termos da área. Pretendemos, em trabalhos futuros, desenvolver e alargar o estudo a todo o Ministério da Ciência e Tecnologia.

BIBLIOGRAFIA

1. Linguística, Lexicología e Terminologia

- BOULANGER, J. C. (1991). “Une lecture socio-culturelle de la terminologie”. *Cahiers de linguistique sociale*. (18). pp. 13-30.
- CABRÉ, M. T. (1993). *La terminologia: Teoría, metodología, aplicaciones*, Editorial Antártida, Barcelona-Espanha.
- CABRÉ, M. T. (1998a). *Importancia de la Terminológica en la Fijación de la lengua: La planificación terminológica*. In: *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*, Lisboa, Publicações Europa- América, n.º 4, pp. 20-44.
- CABRÉ, M. T. (1998b). *Metodología Terminológica: Una Propuesta do Docente*. In: *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*, Lisboa, Publicações Europa- América, n.º 4, pp. 153-185.
- CABRÉ, M. T. (1999). *La Terminología: Representación y Comunicación. Elementos para una Teoría de Base Comunicativa y otros Artículos*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- CABRÉ, M. T. (2002). *Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación*. In VI Simpósio Ibero-Americano de Terminologia, Lisboa, Edições Colibri, pp. 41-60.
- CABRÉ, M. T. (dir.) (1998c). *Eugen Wüster. Introducción a la terminología y a la lexicografía terminológica*. Barcelona, Institut Universitari de Lingüística Aplicada.
- CABRÉ, T. (2005). *La Terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro* in *Revista Debate Terminológico*, no1, Março.
- CHICUNA, A. (2014). *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um Dicionário Português –Kiyombe*. Lisboa: Edições Colibri.
- CONCEIÇÃO, M. C. (1994). *Socioterminologia: Uma nova abordagem das terminologias*. Lisboa, UCEH, Universidade do Algarve, p. 33-43.

- CONTENTE, M. (2008). *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*, Lisboa: Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, R. (2001). *O termo como veículo de especialidades conceptuais e semânticas*. In polifonia, Lisboa, Edições Colibri, n.º 4, pp. 199-204.
- COSTA, R. (2002). *Constituição de Corpora de Especialidade*, Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa.
- COSTA, R. (2003). *O necessário aproveitamento da terminologia portuguesa no processo de standardização da língua galega: uma questão de metodologia*. Mesa Redonda subordinada ao tema: “Aproveitamento do português na elaboração terminológica galega”, *IV Simposio da Asociación Española de Terminología (AETER)*, Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, 6 a 7 de Novembro.
- COSTA, R. (2005). «Corpus de spécialité : une question de types ou de genres», *De la mesure dans les terme. Hommage à Philippe Thoiron*. (eds. Henri Béjoint & François Maniez]. Lyon : PUL, pp. 313 – 324. ISBN : 2-7297-0782-4.
- COSTA, R. (2006). *Plurality of Theoretical Approaches to Terminology Modern Approaches to Terminological Theories and Applications*, Heribert Picht [ed.] Serie: Linguistic Insights, Studies in Language and Communication, Vol. 36, Berlin.
- COSTA, R. & R. SILVA (2004). *The verb in the terminological collocations*, contribution to the development of a morphological analyser, MorphoComp in Proceedings of the IV International conference on language resources and evaluation – LREC, Lisboa.
- COSTA, R. & R. SILVA (2006). *Guião, Metodologia para a Investigação Aplicada em Terminologia*, Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, R. & R. SILVA (2008). *De la Typologie à l'ontologie des Textes, Terminologie & Ontologies: Théories et Applications*. Actes de la deuxième conférence Toth, Annecy.
- COSTA, R. & SILVA, R. (2004). *O Verbo nas Colocações Terminológicas*,

Contribuição para o Desenvolvimento de um Analisador Morfológico MorphoComp, Research- Lexicology, Lexicography and Terminology, Universidade Nova de Lisboa.

- FAULSTICH, E. (2001). “Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista”. In *TradTerm*, 7, p. 11-40.
- FAUSTICH, E. (2006). A socioterminologia na comunicação científica e técnica. *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2, p. 22-26.
- FAUSTICH, E. (1995). *Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina*. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 3, p. 281-288.
- FELBER, H. (1984). *Terminology Manual*. Paris: UNESCO-Infoterm.
- L’HOMME, M. C. (2004). *La Terminologia Principes et Techniques*, les Presses de L’Université de Montréal, Canada.
- L’HOMME, M. C. (1998). *Caractérisation des Combinaisons Lexicales Spécialisées par Rapport aux Collocations de la Langue générale*, Euralex 98 Proceedings.
- LANG, P. (2006), *Modern Approaches to Terminological Theories and Applications*,
- LEHMANN, A. & F. MARTIN-BERTHET (2005). *Introduction à la lexicologie: sémantique et morphologie*. Paris, Armand Colin Éditeur, 2^a édition.
- LERAT, P. (1995). *Les Langues Spécialisées*, Presses Universitaire de France.
- LINO, M. T. (1991). *Um projecto em Terminodidáctica*, Actas do Encontro do Programa *ERCI*, Lisboa, Universidade Aberta.
- LINO, M. T. (2000). *Terminologia e Indústrias das Línguas*, VII Simpósio Ibero-Americano de Terminologia, Terminologia e Indústrias de Línguas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- LINO, T. (2005). *Langues de spécialité: variantes terminologiques de la langue portugaise – Portugal et Brésil*: Actas do colóquio Esta Terra Brasileira, Université Lumière Lyon.
- LINO, T. (2009). *Idiomaticité en Portugais d’un point de vue de la*

Terminologie : Collocations Terminologiques et Néonymie. In Actes du Colloque « Idiomaticité des Langues Romanes » Université de Paris 8.

- MACHADO, J. P. (1994). *Os Estrangeirismos na Língua Portuguesa*. Lisboa, Editorial Notícias.
- MARTINS, S. D. (2014a). O impacto da globalização na criação de siglas e acrónimos, CLUNL, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- MARTINS, S. D. (2014b). *L'impact de la globalisation dans la création de sigles et acronymes*. In Isabelle Oliveira (org.) *Terminologie, traduction et rédaction technique des ponts entre le français et le portugais, hommage au professeur Armelle Le Bars*. Paris: Lambert –Lucas, pp 247-266.
- McENERY, T. e A. WILSON (1996), *Corpus Linguistics*, Edinburgh University Press.
- MIGUEL, M. H. (2001). *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*. Luanda: Editorial Nzila.
- RASTIER, F. (2002). *Enjeux épistémologiques de la linguistique de corpus*. Deuxièmes Journées de Linguistique de corpus, Lorient.
- REY, A. (1979). *La Terminologie. Noms et Notions*, “Que sais – je?”, Paris, PUF.
- RONDEAU, G. (1983). *Introduction à la Terminologie*, gaetan morin éditeur, Québec, Canada.
- SAGER, J. C. (1990). *A Practical Course in Terminology Processing*, Jonh Benjamin Publishing Company Amsterdam / Philadelphia.
- SILVA, R. (2005). *Morphologie de spécialité: Regard(s) sur le(s) contexte(s)*, in Artes dès journées scientifiques: “Mots, Termes et Contextes”, AUF, Bruxelles.
- SILVA, R., et al. (2004a). *Entre langue generale et langue de specialité - une question de collocations*. *ELA, revue de didactologie et de lexiculturologie des langues-cultures*, n° 135, Didier Erudition.
- SILVA, R., R. COSTA & F. FERREIRA (2004b). *Éla* Revue de didactologie

dês langues – cultures et de lexiculturologie, Vocabulaires de specialité et lexicographie d'apprentissage en langue – cultures étranger et maternelles, ed Klincksieck - Didier érudition, Paris.

- SINCLAIR, J. (1995). *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford University Press.
- WÜSTER, E. (1979/1998). *Introducción a la Teoría General de la Terminología y a la Lexicografía Terminológica (versão espanhola)*. Barcelona: IULA.

2. Dicionários e Gramáticas

- ACADEMIA das Ciências de Lisboa (2000). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Verbo, tomos I e II.
- CINTRA, L. e C. CUNHA (2002). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, João Sá da Costa.
- FERNANDO, J.P. (1990). *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Lisboa, fundação luso – americana para o desenvolvimento.
- GALLISSON, R. e D. COSTE (1983). *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra, Livraria Almedina.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2009). *Dicionário Terminológico da Língua Portuguesa*.
- AZEREDO, O. M. *et al* (2014). *Da Comunicação à Expressão- Gramática Prática de Português*, 3º. Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Lisboa: Raiz Editora.
- BECHARA, E. (2001). *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

3. Teses e dissertações

- FREIXA, J. (2002). *“La variació terminològica. Anàlisi de la variació denominativa en tex tos de diferent graud” especialització de l’ àrea de medi ambient”*. Tese de doutorado, Departament de Filologia Catalana, Universitat de Barcelona; Institut Universitari de Lingüística Aplicada.

- DUARTE, S. M. (2004). O Comportamento das Siglas e dos Acrónimos em Textos de Economia, Dissertação de Mestrado em Lexicologia, Lexicografia-Terminologia, Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- ALMEIDA, Z. (2008). *Terminologia Jurídico-Parlamentar, Combinatórias Terminológicas e Equivalência na Base de Dados Terminológica e Textual da Assembleia da Republica - BDTT-AR*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- BRITO, M. (2015). Equivalência e Variação em Medicina Dentária: a harmonização terminológica no caso da cárie dentária. Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, R. (1993). *Terminologia da Economia Monetária, Relações Conceptuais e Semânticas numa Sistemática Terminológica e Lexicográfica*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, R. (2001b). *Pressupostos Teóricos e Metodológicos para a Extração Automática de Unidades Terminológicas Multilexémicas*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- DECHAMPS, C. (2006). *Problemáticas do Ensino/Aprendizagem das Colocações de uma Língua de Especialidade a um Público Alófono: O caso do francês jurídico a aprendentes portugueses*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- FILHO, S. (2006). *Dicionário Contextual da Toxicodependência: a Polissemia nos Neologismos Técnicos e Científicos*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- GONÇALVES, S. (2003). *Reflexões em Torno da Neonímia: Fraseologia e Colocação Neonímica*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- GRAÇA, E. G. (2010). *Terminologia do Direito Processual Civil em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH, UNL.
- PIMENTEL, J. M. M. (2007). *O Comportamento do verbo Construir em contexto de especialidade*. Dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

- TAVARES, M. A. G. (2009). *As Colocações Terminológicas Nominais de Base Metafóricas no Domínio da Economia*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

4. Normas e legislações

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA (2010). Luanda, Imprensa Nacional.
- Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10 de 5 de Março.
- Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13 de 23 de Agosto.
- Decreto Presidencial n.º 196/11, de 11 de Julho.
- Decreto Presidencial n.º 201/11, de 20 de Julho.
- Decreto Presidencial n.º 224/11, de 11 de Agosto.
- ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO (2012). *Cadernos ENAD papers n.º 2 – Manual de Procedimentos Administrativos*. Luanda, Plural Editores.
- ESTATUTO ORANGÂNICO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2014).
- ISO 1087-1, N. (2000). «*Terminology work – vocabulary*».
- ISO 704, N. (2009). «*Terminology work – Principles and methodes*».
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2013). *Documentos Reitores da Ciência, Tecnologia e Inovação em Angola*. Luanda, Imprensa Nacional.
- NP 4438 (2005). *Informação e Documentação – Terminologia Arquivística: conceitos básicos*. Monte da Caparica: Instituto Português da Qualidade.

5. Direito

- CAETANO, M. (1984). *Manual de Direito Administrativo*. Coimbra, Livraria Almedina, 10.ª ed, Vol. I e II.
- LAIA, M. R. (1989). *Guia das Assembleias Gerais*. Lisboa, Caminho, 8.ª ed.
- CARVALHO, L. N. P. e P. Almeida (col.) (1998), *Introdução ao Estudo do Direito e do Estado*, Lisboa, Universidade Aberta.

- JUSTO, A. (2001). *Introdução ao Estudo do Direito*, Coimbra, Coimbra Editora.
- LATORRE, A. (1978). *Introdução ao Direito*. Coimbra, Livraria Almedina.
- MATEUS, M.H.M. e tal. (1983). *Gramática de Língua Portuguesa*, Lisboa, caminho.
- MIRANDA, J. (1990). *Manual de Direito Constitucional*, tomo I e II-preliminares. O Estado e os sistemas constitucionais, 4a ed. Coimbra, Coimbra Editora.
- PAULINO, C. (s/d). *Administração Pública Angolana. Perspectiva Histórica do seu Desenvolvimento e os Desafios da Terceira Administração*. [Consultado a 01/01/2015]. Disponível na URL: <http://cooperacao.paloptl.eu/index.php/biblioteca/manuais-de-formacao/87-evolucao-historica-administracao-publica-angola/file>.

6. Ciências da documentação

- BELLOTO, H. L. (2002). *Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, Vol. 8.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Órgãos auxiliares do Presidente da República	6
Figura 2 : Estrutura do MINCT	10
Figura 3 : Serviços Executivos Directos	11
Figura 4 : <i>Corpus</i> de análise	19
Figura 5 : Mapa de combinatória (Costa 2012 <i>apud</i> Silva 2014: 17)	24
Figura 6: Classificação das variantes no constructo teórico de variação em terminologia. Fonte: Brito (2015:73)	27
Figura 7 : Word List	34
Figure 8 : Padrões estruturais dos candidatos a termos	45
Figura 9 : Esquema de tipos de variação no <i>corpus</i> segundo Freixa	47
Figura 10: Ficha terminológica	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Tipologia de documentos	15
Tabela 2 : Tipos de documentos da DNDTI	18
Tabela 3 : Dados estatísticos	31
Tabela 4 : Concordância da forma <i>região</i>	37
Tabela 5 : Exemplo de variação no <i>corpus</i>	37
Tabela 6 : Concordância da forma <i>feira</i>	38
Tabela 7 : Combinatórias extraídas a partir da concordância da forma pólo <i>feira</i>	38
Tabela 8 : Exemplos de instabilidade ortográfica	39
Tabela 9 : Exemplo de candidatos a termos	44
Tabela 10 : Exemplo de variação morfossintáctica	48
Tabela 11 : Exemplo de variação gráfica	49
Tabela 12 : Exemplo de variação por redução	50
Tabela 13 : Exemplo de candidatos a termos inconsistentes	52
Tabela 14 : Campos da ficha terminológica	54